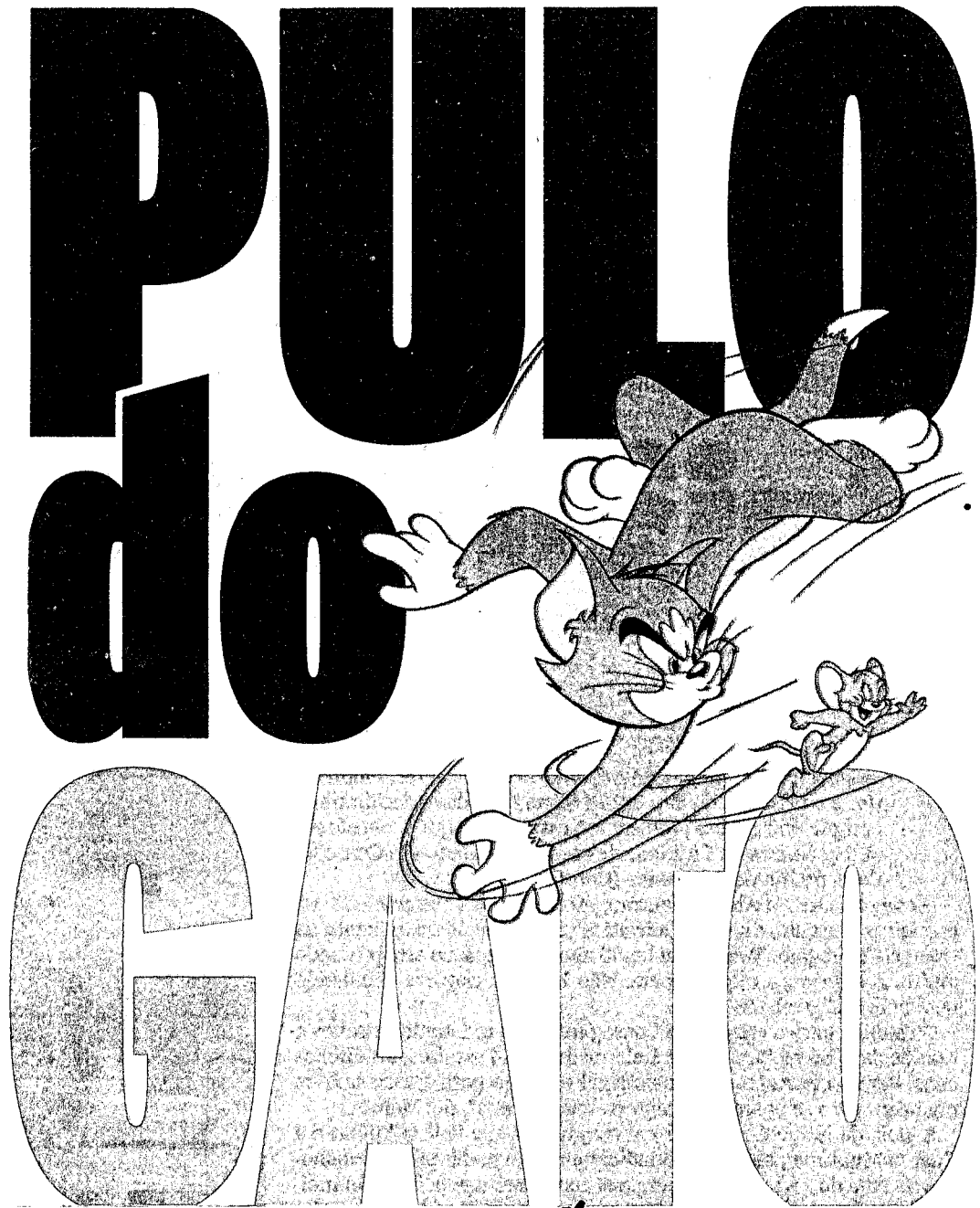


08 OUT 2012

TRIBUNA DO PARANÁ



**FRUET DERRUBA PREVISÕES E VAI PRO  
SEGUNDO TURNO COM RATINHO.** Além de  
desbancar Ducci e contrariar até a boca de Urna, **Gustavo  
e Ratinho Jr.** enterram um ciclo de 24 anos de comando  
da situação



06 OUT 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Juiz liberta empresário

O juiz da Vara de Execuções Penais libertou o empresário Francisco Assis da Crus, 69 anos, e determinou o arquivamento do processo. Ele foi preso no dia 24 de setembro pelo Núcleo de Repressão dos Crimes Econômicos (Nurce), em cumprimento a mandado de prisão, expedido pela 8.ª Vara Criminal.

Segundo o mandado, ele teria cometido crimes fiscais e contra a ordem econômica. No dia da prisão, policiais do Nurce disseram que Francisco é dono de uma fábrica de cadeiras e artigos para escritório em Fazenda Rio Grande e era investigado por falsidade ideológica e formação de quadrilha. Os policiais disseram também que Francisco era suspeito de participar de licitações usando nome de terceiros e não pagar impostos.

#### **Defesa**

O advogado Elias Mattar Assad sustentou a prescrição do processo, que foi aceita pela Justiça. Ele afirmou que nada do que foi informado pelos policiais foi confirmado pelo juiz e que vai pedir indenização por prisão indevida e danos morais.

# FOLHA DE S. PAULO

## Podere e deveres dos juizes

MILTON PAULO DE CARVALHO E RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

No debate aqui travado sobre o Código de Processo Civil, nos parece claro que os críticos têm a razão. A liberdade de defesa fica comprometida pelo projeto

08 OUT 2012

Os professores Ives Gandra da Silva Martins e Antonio Cláudio da Costa Machado travaram oportuno debate com os deputados Sérgio Barradas Carneiro e Fábio Trad e os professores Freddie Didier Jr e Luiz Henrique Volpe Camargo, em artigos nas edições de 13/9 e de 1/10 da **Folha**, nesta seção "Tendências/Debates".

Eram assunto os poderes do juiz no projeto de Código de Processo Civil. Julgamos oportuno levar ao conhecimento dos leitores estudo aprovado pela Academia Paulista de Letras Jurídicas, integrada por 80 juristas de renome. O centro do problema é justamente o caráter de autoritarismo do projeto.

Quando se quer atender a interesses do Estado (lícitos ou ilícitos), abandonam-se os princípios garantidores dos direitos individuais, fortalecem-se os poderes do juiz e restringe-se a atividade das partes mediante a imposição de fórmulas, a redução dos recursos e a caracterização exagerada de infrações processuais puníveis.

É o que pretende o projeto: deixam-se de lado princípios fundamentais do processo civil democrático, enquanto na prática forense tira-se do litigante o direito à livre argumentação, cerceia-se a liberdade dos advogados e põem-se obstáculos aos recursos, seja diminuindo os casos de seu cabimento, seja impedindo que eles suspendam a execução das decisões atacadas.

As indicações pontuais podem não ser expressivas quando se considera o espírito que se quer imprimir ao novo código. Assim, é temerária a tutela antecipada, sem urgência e sem a oitiva da parte, mediante apenas a alegação de direito evidente, ainda que com apoio em tese jurídica dominante.

Quanto à prova, embora controverso que ela se destina à formação do convencimento do juiz, não se pode entregar toda a condução da sua produção ao magistrado, que na maioria das vezes nem identifica, de plano, o cerne do litígio.

Por outro lado, os ilustres deputados e professores não atentaram para o fato de que os autores do libelo referiram-se à falta de recurso imediato contra a decisão a respeito da prova, não contra a decisão que altera a ordem da sua produção.

Avaliando a proposta de código, ver-se-á que a razão está com Ives Gandra e Antonio Cláudio, se, entre outros, considerarmos que:

a) Suprir pressupostos processuais (exigências legais para estabelecer o processo) é permitir que a Justiça aproveite processos nulos;

b) Dilatar prazos processuais e inverter a ordem dos atos afronta o direito constitucional de garantia do devido processo legal;

c) Oficiar para que promovam ação coletiva (transformar em uma única ação coletiva processos individuais semelhantes) é atividade espúria ao juiz no processo democrático;

d) A solução das lides mediante simples aplicação de princípios constitucionais volta-se contra a nossa tradição de respeito à lei escrita, comprometendo a estabilidade jurídica, contra o artigo 4º da Lei de Introdução ao Código Civil;

e) A supressão do efeito suspensivo da apelação é arbitrária. A garantia de que só depois do exame do relator se decidirá sobre aquele efeito é inócua, porque ato contínuo será o julgamento do recurso. A disposição tem a principal finalidade de fortalecer os poderes do juiz;

f) A enumeração taxativa das hipóteses de sentença sem fundamentação limita a arguição de nulidade dos julgados;

g) Poderes exacerbados do juiz são também os que permitem a alteração da vontade do litigante, mediante um artifício no texto: é o artigo 309, cuja redação deve ser comparada à do atual artigo 289;

h) O projeto não convence sobre o juiz não decidir sem ouvir as partes. O juiz ouve, mas decide como bem entende. A regra há de ser cogente: se ocorrer tal situação, a decisão será esta ou aquela;

i) A enumeração taxativa dos casos de cabimento de recurso contra decisões no curso do processo;

j) O número excessivo de hipóteses de punição de comportamentos da parte ou do advogado, mediante até a imposição de penas pecuniárias.

Esses poderes tiram o projeto da trajetória democrática do processo civil brasileiro. Parece um projeto não destinado a regular o processo, mas sim a atividade judiciária.

O acesso à justiça, que a Constituição promete, supõe a liberdade de litigar. Ela tem sido o traço característico do processo judicial brasileiro, que, em sua longa história, no cível e no crime, fez efetivas as garantias institucionais e constitucionais contra o autoritarismo e o arbítrio.

MILTON PAULO DE CARVALHO, 81, é advogado. Foi professor titular de direito processual civil na Universidade Presbiteriana Mackenzie e é membro da Academia Paulista de Letras Jurídicas

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA, 73, é advogado e presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas

08 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Pelo fim da remuneração dos vereadores

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

Ser político não é profissão. É encargo. Encargo passageiro de quem se comprometeu a servir ao próximo, a representar a vontade popular, a colaborar com o país.

Alvissareira, por isso, a proposta de emenda constitucional (PEC) 35/2012, de autoria do senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

Resgatando, em parte, o modelo do art. 16, § 2º, da Constituição de 1967, ela propõe a extinção, nos municípios com população inferior a 50 mil habitantes, dos subsídios dos vereadores, limitando-os, ainda, nos municípios de até 100 mil, 300 mil e 500 mil habitantes.

A iniciativa visa a conferir um novo papel aos vereadores desses pequenos municípios. A atividade não remunerada resgatará o verdadeiro papel honorífico e social do exercício a política local.

Afastará do cenário político, ainda, uma série de figuras pitorescas —bem identificadas na propaganda eleitoral—, cujo intento de ingresso nas câmaras municipais é unicamente fundado no recebimento de subsídios (nem sempre módicos) pela participação em duas a quatro sessões mensais.

A Constituição Federal (artigo

**Agora é o momento de apoiar a PEC pelo fim dos subsídios aos vereadores na maior parte das cidades. Ela vai afastar certas figuras pitorescas e indesejáveis**

38), diversamente de outros cargos eletivos, não impede, como regra, que os vereadores exerçam, concomitantemente, sua profissão. Veda, apenas, a acumulação da vereança com o cargo público, mas exclusivamente quando haja incompatibilidade de horários (algo raro nos municípios menores). Logo, o ocupante do cargo de vereador não deve depender dos subsídios na Câmara para manter sua vida independente.

Dados do IBGE de 2010 revelam que o Brasil tem aproximadamente 5.500 municípios, praticamente 90% deles com população inferior a 50.000 habitantes.

Levando-se em consideração que cada câmara desses municípios menores (geralmente os de menor orçamento) tem entre 9 e 13 vereadores, fácil concluir a economia de recursos com a extinção dos subsídios. Certamente, bem administrados, esses valores poderão ser ver-

tidos em favor da saúde, obras públicas, projetos sociais etc. —ou do próprio propósito fiscalizador das Câmaras Municipais.

A extinção ou a redução dos subsídios das câmaras municipais, contudo, não precisa esperar o beneplácito do Congresso Nacional com a aprovação da PEC 35/2012.

É plenamente possível que as próprias câmaras municipais aprovelem leis extinguindo ou reduzindo os subsídios dos vereadores para valores módicos, simbólicos, verdadeiras ajudas de custo.

Para isso, é fundamental que a sociedade civil e, principalmente, os eleitores destes pequenos municípios, se posicionem, exigindo de seus candidatos recém-eleitos efetivo compromisso com a extinção ou redução dos subsídios logo no início próxima legislatura.

Só assim seremos capazes de conquistar, em breve intervalo, profundo avanço na representação política municipal e na qualidade dos vereadores de nosso país.

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI, 37, é professor doutor de direito processual da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP e juiz eleitoral

08 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Eleitores de Curitiba reclamam de demora com uso da urna biométrica

DE BRASÍLIA - Em Curitiba, a primeira capital a usar urnas biométricas no país, eleitores reclamaram da demora do equipamento em identificar as digitais. O próprio prefeito Luciano Ducci (PSB), derrotado nas urnas, tentou colocar sete vezes as digitais no aparelho até conseguir o reconhecimento.

Apesar disso, de acordo com balanço do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), apenas 0,55% do total de urnas distribuídas no país apresentou problemas.

Ao todo 410.079 equipamentos foram distribuídos entre os municípios brasileiros.

Do total de urnas que apre-

sentou problemas, apenas em duas localidades houve a necessidade de realizar a votação com o uso de cédulas de papel.

A primeira foi na sessão do bairro de Botafogo, no Rio. A segunda na sessão da zona rural do distrito de Arapiri, no Pará.

Nas últimas eleições de 2010, houve a necessidade da realização da votação manual em 17 localidades.

O maior percentual de problemas foi registrado em Sergipe, onde 3,9% das urnas tiveram de ser trocadas.

Após Sergipe, aparece o Estado do Acre com 1,8%, seguido de Rondônia com 1,7%.



Urnas biométricas são utilizadas em Curitiba durante eleição

07 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### Barbosa será eleito para presidir STF na quarta

#### Ministro quer discutir práticas do Judiciário

O ministro Joaquim Barbosa deve ser eleito presidente do STF e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) na próxima quarta-feira, 10.

A posse está prevista para novembro, quando o atual presidente, Carlos Ayres Brito, se aposenta.

Ele diz que pretende, no cargo, lançar discussões sobre práticas do Judiciário. "No Brasil, coisas absurdas são admitidas como as mais naturais. Por exemplo, filhos e mulheres de juizes advogarem nas cortes em que seus parentes atuam. Se você fizer uma interpretação rigorosa do devido processo legal, da igualdade de armas que o juiz deve conceder às partes, pode chegar à conclusão de que essa prática é ilegal."

Ele acha que a situação é tão imprópria quanto magistrados receberem advogados sem que a parte contrária do litígio esteja presente.

"Eu não suporto essa ideia porque cria uma desigualdade muito grande. Em qualquer país civilizado do mundo, é considerada uma falta gravíssima do juiz. Para receber uma das partes, ele tem que receber a outra."

Barbosa nega que não goste de advogados. "Isso é um pouco tabu e um pouco mentira. Eu tenho aqui no gabinete a lista de todos os advogados que recebi nos últimos sete anos. E continuo recebendo. O que eu não gosto é dessa promiscuidade."

Autor de um livro sobre o STF que escreveu em francês, quando fazia doutorado em Paris, ele diz que "o tribunal começa a acontecer no mundo. E eu não sei se isso tem sido percebido internamente".

Para o magistrado, "é preciso ter em mente que o tribunal não é como outro qualquer. Tem atribuições jurídicas, mas com repercussões políticas. É muito mais um órgão de equilíbrio entre poderes do que um órgão de prestação jurisdicional comum".

#### UMBIGO

Ele acha "um erro" a aplicação de "cálculos estatísticos" para avaliar a corte. "Uma decisão por ano do Supremo que tenha relevância, que mexa com as instituições para fortalecê-las, já basta."

E cita exemplos: "Analisemos o que o STF julgou neste ano. Sem dúvida, o processo mais importante não foi o do mensalão. E sim o das cotas [para negros em universidades] e o do reconhecimento da relação homoafetiva. Essas sim são decisões cruciais para a sociedade, que distinguem uma corte Suprema de um tribunal comum".

Esse reconhecimento não ocorre como deveria porque "a comunidade jurídica brasileira não vê além do seu umbigo. Continua com aquele mesmo comportamento típico do microcosmo jurídico brasileiro, provinciano, clibístico. Não percebe que pelo tribunal passam as grandes questões nacionais".

De personalidade forte, ele já protagonizou discussões com vários colegas. Mas diz que "uma coisa é você estar lá, no embate de ideias e pontos de vista. Outra é você ter a responsabilidade pelo todo. O presidente é apenas um representante do colegiado".

#### CRONOLOGIA DE JOAQUIM BARBOSA 1954

Nasce em Paracatu (MG). Seu pai era pedreiro. Aos 16 anos, vai para Brasília. Estuda direito na Universidade de Brasília de 1975 a 1982. Trabalha como oficial de Chancelaria do Ministério das Relações Exteriores de 1976 a 1979

#### 1979

Começa a trabalhar como advogado do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados). Ao mesmo tempo, faz uma pós-graduação na UnB de 1980 a 1982, tornando-se especialista na área de direito e Estado por essa universidade

#### 1984

Torna-se procurador do Ministério Público Federal, tendo atuado em Brasília (1984-1993) e no Rio de Janeiro (1993-2003). Também exerce a chefia da consultoria jurídica do Ministério da Saúde (1985-1988), na gestão Sarney

#### 1988

Com bolsa do CNPq, faz o mestrado (1989-1990) e o doutorado (1990-1993) em direito público na Universidade de Paris. Retoma sua atividade como procurador. Publica, em 1994, "La Cour Suprême dans le Système Politique Brésilien"

#### 2003

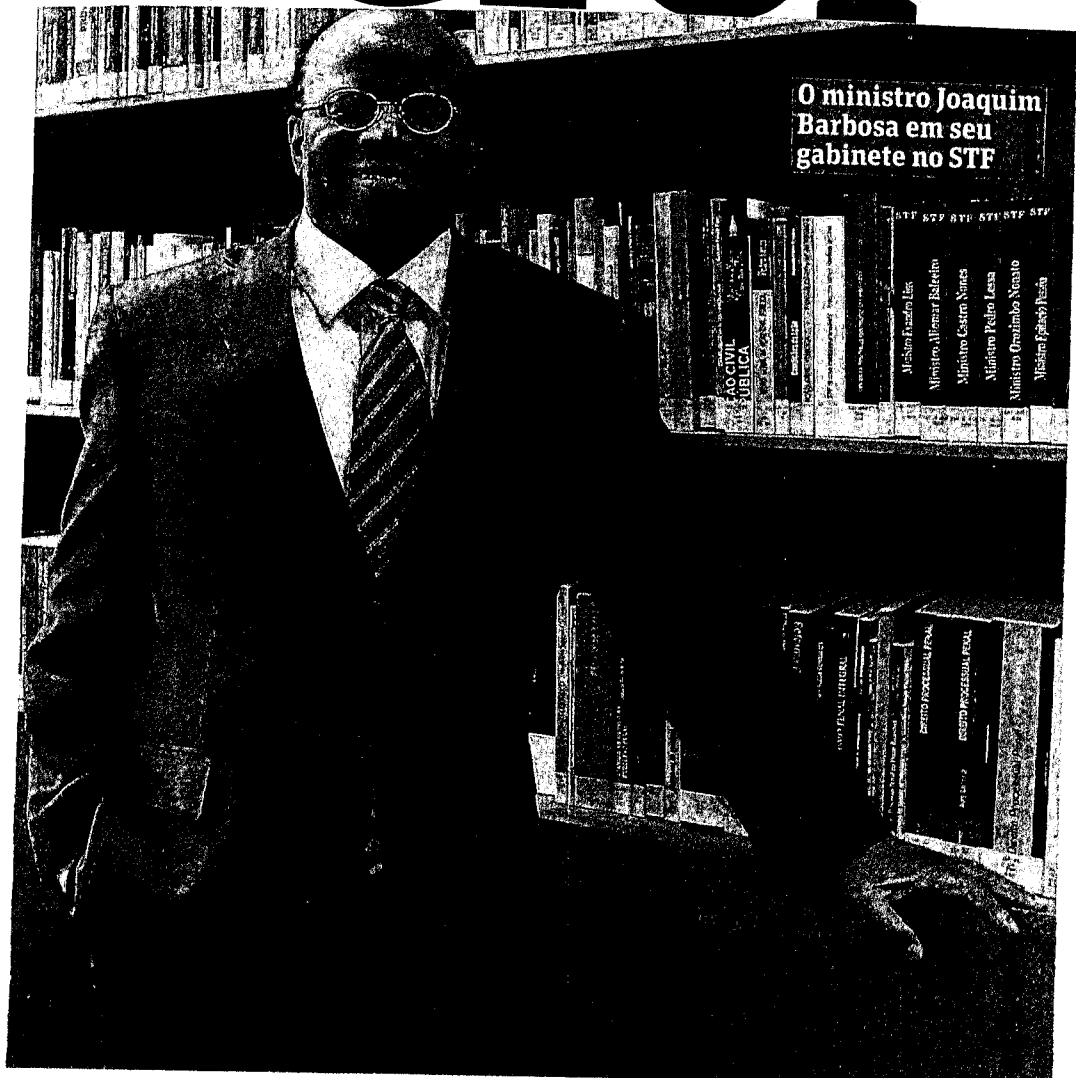
Nomeado pelo presidente Lula, torna-se ministro do STF. Em mais de uma ocasião bate boca com os ministros Marco Aurélio e Gilmar Mendes. Em 2006 torna-se relator do inquérito sobre o mensalão, convertendo em ação penal em 2007

07 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

# JOAQUIM, O

# anti-herói



CONTINUA

07 OUT 2012

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Relator do mensalão  
revela voto em  
**Lula e Dilma**,  
diz que a imprensa  
trata escândalos  
com dois pesos e  
duas medidas e que  
o **racismo** está  
estampado na TV

“ Eu não me  
arrependo dos votos  
[em Lula], não. As  
mudanças e avanços  
no Brasil são  
inegáveis. Em 2010,  
votei na Dilma

Sempre entendi que  
filiação partidária só  
serve para tirar a sua  
liberdade de dizer o  
que pensa

“ A imprensa  
brasileira é toda  
ela branca,  
conservadora.  
O empresariado,  
idem. Todas  
as engrenagens  
de comando no  
Brasil estão nas  
mãos de pessoas  
brancas e  
conservadoras

“ O racismo  
parte da premissa de  
que alguém é  
superior. O negro é  
sempre inferior. E  
dessa pessoa não se  
admite sequer que  
ela abra a boca. ‘Ele é  
maluco, é um  
briguento’

O “dia mais chocante” da vida de Joaquim Benedito Barbosa Gomes, 57, segundo ele mesmo, foi 7 de maio de 2003, quando entrou no Palácio do Planalto para ser indicado ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A ocasião era especial: ele seria o primeiro negro a ser nomeado para o tribunal.

“Eu já cheguei na presença de José Dirceu [então ministro da Casa Civil], José Genoino [então presidente do PT], aquela turma toda, para o anúncio oficial. Sempre tive vida reservada. Vi aquele mar de câmeras, flashes...”, relembra ele em seu gabinete na terça-feira, 2.

No dia seguinte à entrevista com a **Folha**, e nove anos depois da data memorável de sua nomeação, Joaquim Barbosa condenou Dirceu e Genoino por corrupção.

Para conversar com o jornal, impôs uma condição: não falar sobre o processo, ainda em andamento no STF.

## O TELEFONE TOCA

Barbosa diz que foi Frei Betto, que o conhecia por terem participado do conselho de ONGs, que fez seu currículo “andar” no governo.

“Eu passava temporada na Universidade da Califórnia, Los Angeles. Encontrei Frei Betto casualmente nas férias, no Brasil. Trocamos cartões.

Um belo dia, recebo e-mail me convidando para uma conversa com [o então ministro da Justiça] Márcio Thomaz Bastos em Brasília.” Guarda a mensagem até hoje.

“Vi o Lula pela primeira vez no dia do anúncio da minha posse. Não falei antes, nem por telefone. Nunca, nunca.”

Por pouco, não faltou à própria cerimônia. “Veja como esse pessoal é atrapalhado: eles perderam o meu telefone [gargalhadas].”

Dias antes, tinha sido entrevistado por Thomaz Bastos. “E desapareci, na moita.” Isso para evitar bombardeio de candidatos à mesma vaga.

“Na hora de me chamar para ir ao Planalto, não tinham o meu contato.” Uma amiga do governo conseguiu encontrá-lo. “Corre que os caras vão fazer o seu anúncio hoje!”

Depois, continuou distante de Lula. Não foi procurado nem mesmo nos momentos cruciais do mensalão. “Nunca, nem pelo Lula nem pela [presidente] Dilma [Rousseff]. Isso é importante. Porque a tradição no Brasil é a pressão. Mas eu também não dou espaço, né?”

O ministro votou em Leonel Brizola (PDT) para presidente no primeiro turno da eleição de 1989. E depois em Lula, contra Collor. Votou em Lula de novo em 2002.

“Vou te confidenciar uma coisa, que o Lula talvez não saiba: devo ter sido um dos primeiros brasileiros a falar no exterior, em Los Angeles, do que viria a ser o governo dele. Havia pânico. Num seminário, desmistifiquei: ‘Lula é um democrata, de um partido estabelecido. As credenciais democráticas dele são perfeitas.’”

O escândalo do mensalão não influenciou seu voto: em 2006, já como relator do processo, escolheu novamente o candidato Lula, que concorria à reeleição.

“Eu não me arrependo dos votos, não. As mudanças e avanços no Brasil nos últimos dez anos são inegáveis. Em 2010, votei na Dilma.”

**CONTINUA**



## CONTINUAÇÃO

### DELADO

No plenário do STF, a situação muda. Barbosa diz que “um magistrado tem deveres a cumprir” e que a sociedade espera do juiz “imparcialidade e equidistância em relação a grupos e organizações”.

Sua trajetória ajuda. “Nunca fiz política. Estudei direito na Universidade de Brasília de 75 a 82, na época do regime militar. Havia movimentos significativos. Mas estive à parte. Sempre entendi que filiação partidária ou a grupos, movimentos, só serve para tirar a sua liberdade de dizer o que pensa.”

### VENCEDOR E VENCIDO

Barbosa gosta de dizer que não tem “agenda”. Em 2007, relatou processo contra Paulo Maluf (PP-SP). Delfim Neto não era encontrado para depor como testemunha. Barbosa propôs que o processo continuasse. Foi voto vencido no STF. O caso prescreveu.

No mesmo ano, relatou processo em que o deputado Ronaldo Cunha Lima (PSDB-PB) era acusado de tentativa de homicídio. O réu renunciou ao mandato e perdeu o foro privilegiado. Barbosa defendeu que fosse julgado mesmo assim. Foi voto vencido no STF.

Em 2009, como relator do mensalão do PSDB, propôs que a corte acolhesse denúncia contra o ex-governador de Minas Gerais Eduardo Azeredo. Quase foi voto vencido no STF — ganhou por 5 a 3, com três ministros ausentes.

Dois anos antes, relator do mensalão do PT, propôs que a corte acolhesse denúncia contra José Dirceu e outros 37 réus. Ganhou por 9 a 1.

### NOVELA RACISTA

Barbosa já disse que a imprensa “nunca deu bola para o mensalão mineiro”, ao contrário do que faz com o do PT. “São dois pesos e duas medidas”, afirma.

A exposição na mídia não o impede de fazer críticas até mais ácidas.

“A imprensa brasileira é toda ela branca, conservadora. O empresariado, idem”, diz. “Todas as engrenagens de comando no Brasil estão nas mãos de pessoas brancas e conservadoras.”

O racismo se manifesta em “piadas, agressões mesmo”. “O Brasil ainda não é politicamente correto. Uma pessoa com o mínimo de sensibilidade liga a TV e vê o racismo estampado aí nas novelas.”

Já discutiu com vários colegas do STF. Mas diz que polêmicas “são muito menos reportadas, e meio que abafadas, quando se trata de brigas entre ministros brancos”.

“O racismo parte da premissa de que alguém é superior. O negro é sempre inferior. E dessa pessoa não se admite sequer que ela abra a boca. ‘Ele é maluco, é um briqueto’. No meu caso, como não sou de abaixar a crista em hipótese alguma...”

Barbosa, que já escreveu um livro sobre ações afirmativas nos EUA, diz que o racismo apareceu em sua “infância, adolescência, na maturidade e aparece agora”.

Há 30 anos, já formado em direito e trabalhando no Itamaraty como oficial de chancelaria — chegou a passar temporada na embaixada da Finlândia —, prestou concurso para diplomata. Passou. Foi barrado na entrevista.

### DE IGUAL PARA IGUAL

É o primeiro filho dos oito que o pai, Joaquim, e a mãe, Benedita, tiveram (por isso se chama Joaquim Benedito).

Em Paracatu, no interior de Minas, “Joca” teve uma infância “de pobre do interior, com área verde para brincar, muito rio para nadar, muita diversão”. Era tímido e fechado.

A mãe era dona de casa. O pai era pedreiro. “Mas ele era

aquele cara que não se submetia. Tinha temperamento duro, falava de igual para igual com os patrões. Tanto é que veio trabalhar em Brasília, na construção, mas se desentendeu com o chefe e foi embora”, lembra Joaquim.

O pai vendeu a casa em que morava com a família e comprou um caminhão. Chegou a ter 15 empregados no boom econômico dos anos 70. “Ele levava a garotada para trabalhar.” Entre eles, o próprio Joaquim, então com 10 anos.

### RUMO A BRASÍLIA

No começo da década, Barbosa se mudou para a casa de uma tia na cidade do Gama, no entorno de Brasília.

Cursou direito, trabalhou na composição gráfica de jornais, no Itamaraty. Ingressou por concurso no Ministério Público Federal.

Tirou licenças para fazer doutorado na Universidade de Paris-II. E passou períodos em universidades dos EUA como acadêmico visitante. Fala francês, inglês e alemão.

Hoje, Barbosa fica a maior parte do tempo em Brasília, onde moram a mãe, os sete irmãos e os sobrinhos. O pai já morreu. Benedita é evangélica e “superpopular”. Em seu aniversário de 76 anos, juntou mais de 500 pessoas.

O ministro tem também um apartamento no Leblon, no Rio, cidade onde vive seu único filho, Felipe, 26. Se separou há pouco de uma companheira depois de 12 anos de relacionamento.

### CONTINUA

07 OUT 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

### PÚBLICO

A Folha pergunta se Barbosa não tem o “cacoete da condenação” por ter feito carreira no Ministério Público, a quem cabe formular a acusação contra réus.

“De jeito nenhum. O que eu tenho do MP é esse espírito de preocupação com a coisa pública. Mesmo porque não morro de amores por direito penal. Sou especialista em direito público.”

### DEVER

Nega que tenha certa aversão por advogados [ver página ao lado]. E nega também que tenha prazer em condenar, sem qualquer tipo de piedade em relação à pessoa que perderá a liberdade.

“É uma decisão muito dura. Mas é também um dever.”

“O problema é que no Brasil não se condena”, diz. “Estou no tribunal há sete anos, e esta é a segunda vez que temos que condenar. Então esse ato, para mim e para boa parte dos ministros do STF, ainda é muito recente.”

Diante de centenas de grandes escândalos de corrupção no Brasil, e de só o mensalão do PT ter chegado ao final, é possível desconfiar que a máquina de investigação e punição só funcionou para este caso e agora será novamente desligada?

“Não acredito”, diz Barbosa. “Haverá uma vigilância e uma cobrança maior do Supremo. Este julgamento tem potencial para proporcionar mudanças de cultura, política, jurídica. Alguma mudança certamente virá.”

### MEQUETREFE

O caso Collor, por exemplo, em que centenas de empresas foram acusadas de pagar propina para o tesoureiro do ex-presidente, chegou “desidratado” ao STF, diz o ministro. “Tinha um ex-presidente fora do jogo completamente. E, além dele, o quê? O PC, que era um mequetrefe.”

O país estava “mais próximo do período da ditadura” e o Ministério Público tinha recém-conquistado autonomia, com a Constituição de 1988. Até 2001, parlamentares só eram processados no STF quando a Câmara autorizava. “Tudo é paulatino. Mas vivemos hoje num país diferente.”

### PONTO FINAL

Desde o começo do julgamento do mensalão, o ministro usa um escapulário pendurado no pescoço. “Presente de uma amiga”, afirma.

Depois de flagrado cochilando nas primeiras sessões, passou a tomar guaraná em pó no começo da tarde.

Diz que não gosta de ser tratado como “herói” do julgamento. “Isso aí é consequência da falta de referências positivas no país. Daí a necessidade de se encontrar um herói. Mesmo que seja um anti-herói, como eu.”

07 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Indefinição na urna

**Disputa tem número recorde de candidaturas ameaçadas, o que cria insegurança para quem vota e desvirtua efeitos da Lei da Ficha Limpa**

Não são poucas as incertezas que envolvem as eleições de hoje.

A parte boa das dúvidas decorre da democracia plena, isto é, do voto livre e secreto. Certas indefinições, porém, não deveriam sobreviver até a votação, porque refletem fragilidades institucionais.

Ninguém há de questionar que as decisões sobre a validade ou não de uma candidatura deveriam ser tomadas antes do sufrágio. No entanto a maioria dos recursos apresentados neste ano ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ainda não foi julgada de forma definitiva.

Pelo menos 1.235 candidatos a prefeito aparecerão nas urnas eletrônicas —e receberão votos— sem saber se, caso vencedores, estarão aptos a disputar o segundo turno, onde houver, ou tomar posse.

A cifra, um recorde (eram cerca de 750 em 2008), refere-se somente aos postulantes barrados pela Justiça Eleitoral nos Estados em decorrência da Lei da Ficha Limpa. Ou seja, quando consideradas outras irregularidades e somadas situações não decididas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, o número de candidaturas “sub judice” será ainda maior.

Cabe reconhecer que o volume de recursos apresentados ao TSE não é pequeno: 6.548 até sexta-feira, considerados os processos de candidatos a prefeito e vereaa-

dor. Desse total, cerca de 45% já foram apreciados pelos ministros, mas poucos tiveram decisão final.

Também é verdade que a Lei da Ficha Limpa inflou o número de postulações impugnadas —a legislação é responsável por quase metade dos casos no TSE.

A dimensão da disputa ajuda a explicar a dificuldade da corte eleitoral, mas não justifica o atraso.

A eleição é peça fundamental da democracia, e o cidadão precisa dispor de informações seguras para formar seu juízo. Como o voto dado a um candidato que posteriormente venha a ser barrado pelo TSE será considerado nulo, o eleitor terá sido privado de sua possibilidade de escolha —ele poderia ter optado por outro candidato.

Não faz sentido que a Ficha Limpa, oriunda de uma iniciativa popular para combater a corrupção na esfera pública, se preste a confundir o eleitor.

Os atropelos deste ano, o primeiro em que a norma é aplicada integralmente, deve servir de alerta para o TSE. Em 2014, nas eleições gerais, mais cargos estarão em jogo, e a corte precisará mostrar-se habilitada a lidar com um maior número de problemas.

Seria melhor que as restrições eleitorais atingissem só postulantes com condenações definitivas na Justiça, mas o legislador optou por rigidez maior e decidiu que bastam decisões de segunda instância para barrar candidatos.

O Supremo Tribunal Federal considerou válida a lei, restritiva como é. Parece inaceitável, agora, que falte rigor na sua aplicação.

07 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# A limpeza que não cabe ao Judiciário

FLÁVIO LUIZ YARSHELL

Com juiz do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (entre 2007 e 2012), participei do julgamento de centenas de processos de prestação de contas de campanha eleitoral.

Acompanhei as idas e vindas da discussão sobre as consequências jurídicas da desaprovação. Assisti, durante a maior parte do tempo, a prevalência do entendimento segundo o qual é apenas a falta da prestação das contas (e não sua rejeição) que impede a quitação eleitoral —necessária, dentre outros, para que o cidadão possa obter o registro de sua candidatura.

Não tardou o rótulo: depois dos candidatos “fichas sujas”, surgiram os candidatos “contas sujas”. E vieram também as críticas ao Judiciário —em particular ao Tribunal Superior Eleitoral— por ter, em julgamento com apertada maioria, admitido tais candidaturas, ao menos para o pleito de 2012.

Nessa discussão, há dois aspectos que merecem ser lembrados.

O primeiro é técnico, mas não menos importante: rejeição de contas de campanha não é sinônimo de improbidade. Portanto, aquele rótulo é incorreto e, ainda que de forma involuntária, é enganoso.

Quem atua na área sabe que há inúmeras razões que podem levar à

**O TSE acertou não restringindo direitos políticos de quem teve contas rejeitadas. Repúdio deve vir da urna. Justiça não é super-herói com soluções fáceis a tudo**

desaprovação das contas, mas sem relevância jurídica para restringir direitos políticos. A linha que separa a desaprovação da aprovação “com ressalvas” é, muitas vezes, tênue e pode enveredar para o subjetivismo.

Também se sabe que, se há elementos indicativos de captação ou de gastos ilícitos em campanha, existe medida judicial apta à apuração desses fatos e, aí sim, à imposição de sanção proporcional, com cassação de mandato e inelegibilidade.

Basta, com base no artigo 30-A da Lei das Eleições, que as pessoas legitimadas a ingressar em juízo atuem de forma tempestiva e eficiente. Essa sim é a verdadeira sujeira que o Judiciário pode e deve enfrentar nesse terreno específico.

A restrição de direitos políticos por conta de rejeição de contas precisa ser vista de maneira coerente. Por exemplo, quando trata da inelegibilidade por rejeição de contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas, a lei exige irregularidade

que “configure ato doloso de improbidade administrativa”. Portanto, não é coerente tratar-se situações análogas de forma tão díspar.

O segundo aspecto é político: o debate é claro desdobramento das discussões em torno da assim denominada lei da “Ficha Limpa”.

Então, na premissa de que o cidadão pode saber quem teve suas contas de campanha rejeitadas e o porquê, o voto popular deveria ser a mais importante forma de repúdio a candidatos “contas sujas”.

Além disso, a realidade mostra que lideranças políticas com alta representatividade popular associam-se a candidatos cujas contas foram notoriamente desaprovadas. Se elas são “sujas”, não será difícil percorrer o caminho da contaminação.

Mas, como é próprio da natureza humana, é mais simples e mais fácil encontrar nos outros a responsabilidade que deveríamos procurar em nós mesmos. Somos responsáveis, por ação ou omissão, por uma sujeira que não está apenas a cargo do Judiciário extirpar —ainda que, para argumentar, pudesse contar com a intervenção de algum super-herói ou até da inteira Liga da Justiça.

FLÁVIO LUIZ YARSHELL, 49, é professor titular de direito processual da Faculdade de Direito da USP

# FOLHA DE S. PAULO

## Liberdade de expressão sem abuso

ORANI JOÃO TEMPESTA

Também no Brasil, zombam do sagrado, criando ódio. Revista troca Jesus por atleta, galhofam da fé e de sacerdotes em cena. O Estado tem de garantir respeito

07 OUT 2012

A Constituição Brasileira trás direitos fundamentais —direitos humanos—, que protegem as pessoas contra abusos. Esses direitos devem ser compreendidos e adequadamente exercidos e respeitados.

Um deles é a liberdade de expressão. Trata-se, sem dúvida, de um dos mais importantes, conquistado após muitos anos. A liberdade de expressão é protegida em todos os países civilizados onde a liberdade impera.

Por outro lado, a Constituição, entre os mesmos direitos fundamentais, também estabelece ser “inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias”. Trata-se de outro direito fundamental, tão importante quanto a liberdade de expressão.

Dessa forma, não é permitido a ninguém, supostamente em nome da liberdade de expressão, ferir crenças religiosas, utilizando de forma desrespeitosa símbolos sagrados para milhões de pessoas.

É fácil verificar que mesmo direitos fundamentais são limitados por outros direitos fundamentais. Fica claro que a liberdade de expressão deve ser exercida de forma responsável, respeitando direitos alheios.

Atitudes que, em nome da liberdade de expressão, excedem os limites morais e éticos geram caos social, vingança e ódio entre as pessoas, ameaçando até mesmo a paz, como se tem assistido em conflitos entre culturas diferenciadas, com reflexos nas comunidades internacionais.

Lamentavelmente, têm sido frequentes esses abusos praticados em nome da liberdade de expressão.

Muitas pessoas, em busca desesperada por alguns minutos de exposição na mídia, desprezam os direitos alheios, enlameando vidas,

culturas, valores e até mesmo a fé. Zombam, caricaturam e ridicularizam o que têm de mais sagrado nos corações de outras pessoas.

Alguns grupos fundamentalistas destroem verdadeiras obras de arte do passado. Assistimos aqui no Brasil a outros tipos de fundamentalismos, contra os valores e símbolos que nosso povo venera e que fazem parte de nossa cultura.

Nosso Estado é laico. Mas o Brasil assegura a liberdade de consciência, a profissão da própria fé, bem como a proteção ao culto e à liturgia, que abrange a proteção dos símbolos que marcam as crenças.

O Estado, ao consagrar na Constituição tais direitos, tem o inafastável dever de protegê-los, assegurando o devido respeito com seus símbolos.

Fato notório recente na imprensa escrita: um órgão desrespeitou a fé religiosa e cultural de nossa formação pátria. A pretexto de comentário esportivo, uma revista publicou o signo sagrado da cruz, que se ergueu soberana sobre o sangue dos mártires, nela substituindo a imagem do filho de Deus, que por nós deu a vida, como cabeça de todos os mártires —na expressão de Santo Agostinho— pela de um atleta.

Repudiamos o ocorrido, que gerou em todos os que professam a fé católica uma dor muito grande, ao ver um símbolo nosso profanado.

Feriu-se também a mente e o coração de todos que reconhecem os valores do Evangelho e das pessoas de bom senso e boa vontade. Poderia enumerar muitos outros fatos, como fotomontagens, charges ou escritos, que têm ferido, última e constantemente, o sentimento cristão.

Infelizmente, esse fato não foi o único que ocorreu nesses últimos tempos, em que também se vê a ridicularização da palavra de Deus,

usada como galhofa nas representações cênicas, ou mesmo a tentativa de caracterização negativa da figura de um sacerdote e de outros representantes, cristãos ou não.

A sociedade não pode se calar diante de tais transgressões desrespeitosas, que disfarçadas de liberdade de expressão aviltam o que é mais caro a outras pessoas apenas para satisfazer propósitos egoísticos.

Um órgão de imprensa, formador de opiniões, até quando quer satirizar tem o dever de fazê-lo criteriosamente. Há muitos meios de se fazer uma brincadeira, um comentário alegre e até uma cobrança, sem necessidade de ofender a quem quer que seja. A veiculação da imagem não denotou criatividade alguma, sendo apenas inadequada e desrespeitosa.

A história deverá julgar os caminhos que estão sendo percorridos atualmente em nossa sociedade ocidental. Em nota oficial, a nossa Conferência Episcopal (CNBB) pede a conscientização da comunidade cristã sobre o fato, que deve prosseguir no seu trabalho de evangelização para que sejam sempre respeitados os direitos e se possa viver na paz.

DOM ORANI JOÃO TEMPESTA, 62, é arcebispo do Rio de Janeiro

06 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Excesso de zelo

**Na tentativa de justificar a absolvição de José Dirceu, voto de Lewandowski no mensalão colhe efeito contrário ao pretendido**

Seria necessário nada mais que um programa avançado de inteligência artificial —e não o concurso de magistrados humanos— se qualquer dose de convicção subjetiva devesse ser excluída das decisões judiciais.

Foi na proporção do maior ou menor grau de convencimento íntimo por parte dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), assim, que se dividiram bastante as opiniões sobre alguns réus no processo do mensalão.

É possível admitir, no que respeita ao réu mais insigne de todo o caso, ponderações discrepantes quanto às evidências de sua culpabilidade. Não se encontraram mensagens eletrônicas ou documentos assinados a vincular, de forma inequívoca, o ex-chefe da Casa Civil no governo Lula, José Dirceu, aos esquemas do mensalão.

Decidindo absolvê-lo, o ministro revisor Ricardo Lewandowski poderia cingir-se a esse tipo de argumento; fizera o mesmo, por vezes com apoio de seus pares, no caso de outros imputados. Lewandowski pretendeu, contudo, ir além —e, no afã de justificar a absolvição, terminou sem dúvida produzindo efeito inverso ao pretendido.

Foi assim que, seguindo a laboriosa argumentação da defesa, referiu-se a dezenas de depoimentos de lideranças petistas, espalhadas por todo o território nacional. Nada se extraía desses testemunhos — que certamente contribuíram para

atrasar o ritmo do processo— além da tese de que José Dirceu, na chefia da Casa Civil, não se ocupava das finanças do partido, notoriamente entregues a Delúbio Soares.

Dirceu não foi levado ao tribunal, entretanto, porque cuidasse das dívidas específicas da agremiação no Acre ou no Pará. Foi seu papel de articulador político do governo o motivo das graves suspeitas que suscita.

Lewandowski descartou, ademais, os depoimentos de Roberto Jefferson, maior responsável pelas denúncias, com o argumento de que o presidente do PTB os desmentira na presença do juiz. Não é verdade —e, logo após seu voto, a ministra Rosa Weber leu o trecho dos autos em que Jefferson dizia confirmar tudo.

Em momentos ainda mais confusos, para não dizer constrangedores, Lewandowski terminou negando a própria existência de relação entre os recursos recebidos pelos parlamentares da base aliada e seus votos no Congresso.

Os múltiplos indícios dos contatos entre Marcos Valério, dirigentes do Banco Rural e José Dirceu foram desprezados por Lewandowski. É prerrogativa sua, com certeza, acreditar que entre esses personagens se trocavam apenas impressões genéricas sobre a situação política nacional.

O convencimento de outros juízes do STF, na sessão de quinta-feira, não foi nessa direção. Com efeito, presumir tanta inocência de José Dirceu, pelo menos nos termos propostos por Lewandowski, contribui mais para trazer descrédito à Justiça do que para confiar no exame rigoroso, ainda que pessoal, das provas apresentadas.

# FOLHA DE S. PAULO

## HÉLIO SCHWARTSMAN

### Uma questão de ceticismo

**SÃO PAULO** - É possível construir um bom caso filosófico em favor do solipsismo, a doutrina metafísica segundo a qual eu devo acreditar apenas na existência de minha própria mente. O mundo exterior, se de fato existe, é-nos incognoscível.

No polo oposto, encontramos aquelas pessoas, em geral muito sociáveis, que creem em tudo, de Papai do Céu a UFOs, passando por chakras e teorias conspiratórias. Um elemento importante de nossa personalidade é o nível médio de ceticismo que aplicamos à realidade externa.

É nesse contexto que eu estranho o voto do ministro Ricardo Lewandowski pela absolvição dos Josés Dirceu e Genoíno. Seria logicamente aceitável exibir desde o início do julgamento, ou, melhor ainda, da carreira de magistrado, uma posição garantista intransigente, exigindo do Ministério Público que demonstrasse de forma matemática a culpa do réu antes de condená-lo.

Provas assim fortes, porém, são, se não impossíveis, ao menos uma raridade, de modo que encontramos poucos juízes adeptos dessa escola hipercética. De modo geral, eles se contentam com a fórmula “culpado além da dúvida razoável”. A subjetividade encerrada no termo “razoável” complica as coisas, mas não chega, segundo a maior parte dos doutrinadores, a inviabilizar o Direito. O magistrado condena o réu quando se sente convencido pelo conjunto probatório e, do contrário, o absolve. Processos costumam trazer provas para os dois lados, de modo que não é difícil montar uma argumentação racional para justificar qualquer posição que se queira seguir.

O problema com Lewandowski é que ele aplica diferentes níveis de ceticismo ao longo do mesmo julgamento. Se é verdade que não chegou a ser um crédulo “new age” quando os réus eram figuras menores, ele parece adotar uma exigência quase solipsista quando se discute a situação dos protagonistas. É justamente esse ruído que chama a atenção.

06 OUT 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## Lavagem no direito

**WALTER CENEVIVA**

Nas sessões de julgamento do STF, tudo se passa em público e raso, sob a luz de transmissões pela televisão

06 OUT 2012

*É RELATIVAMENTE comum que es-crevedores profissionais não gostem de certas palavras ou de modismos literários. Monteiro Lobato, uma das grandes marcas literárias do Brasil no século 20, detestava galicismos. Lobato é respeitado e respeitável por muitos motivos, mas sua implicância com os galicismos só foi superada pelo uso dos anglicismos.*

*Gostar ou não gostar de palavras ou de estrangeirismos corresponde ao exercício da liberdade, que enuncio em causa própria. Confesso, por exemplo, que não gosto da palavra lavagem. No interior era a comida para os porcos. Embora também fizesse referência ao branqueamento dos tecidos, predominava na definição do que então se chamava (educadamente) de clister.*

*Nos dicionários da língua portuguesa ou de vocábulos próprios do direito, o termo não era vinculado a casos de corrupção na administração pública, hoje frequentadores diários das manchetes impressas e eletrônicas. Nas primeiras edições do Aurélio e do Houaiss o vocábulo aparecia sem corresponder à acepção popularizada “mensalão”. No sentido em que a palavra passou a ser comum na mídia brasileira, ganhou popularidade depois que o cenário nacional se agitou com desvios e trapalhadas de políticos, levando vantagens financeiras sem serem apanhados pelas rodas da Justiça. Estavam confiantes na inexpugnabilidade das suas versões relacionadas com financiamento de campanhas. Agora terão que inventar novos caminhos.*

*A demora na revelação foi grande, no universo dos fatos administrativos. A definição atualizada de lavagem deve parte de sua expansão ao estudioso Walter Maierovitch, que a definiu, no direito penal, como o crime consistente na falsidade do lançamento contábil e/ou documental para dar aparência lícita a dinheiro oriundo de ato comercial ilícito. É a versão que Maria Helena Diniz incluiu em seu exemplar “Dicionário Jurídico”.*

*O retardamento não foi causado por uma crise de vocábulos na língua oficial do Brasil (Constituição, art.13) ou na linguagem dos juristas. A definição percorre caminhos abertos pela esperteza gerada por “heróis” de uma dezena de termos que o Houaiss relaciona, como aldagrante, caloteiro, falcatruero, trapaceador, velho, vigarista e assim por diante.*

*Nas sessões de julgamento do STF (Supremo Tribunal Federal) o conteúdo do resultado final ainda é imprevisível. Trata-se de evento no nível do Judiciário, bem original, pelo número de envolvidos, que vai à casa das dezenas. Revela caminhos, intervenções e resultados tão policialescos que não pareciam viáveis numa primeira apuração apenas judicial. Não há violência. Não há tortura. Não há ameaças. Tudo se passa em público e raso, sob a luz de transmissões diretas pela televisão. Boa parte das descobertas decorreu de denúncias vindas de alguns dos envolvidos, mais provavelmente (e aqui me sirvo de expressão muito antiga) quando apanhados com a boca na botija.*

*Nada obstante a crítica vigorosa aos culpados, não se deve generalizar, sem limites justos, a extensão da adequada repulsa do eleitorado aos políticos que traem os princípios do direito e da moral. Em todos os casos, sempre se deverá separar o joio do trigo, mesmo nestes tempos em que o joio parece dominar o mercado da política.*



06 OUT 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Ministro do STJ está internado na UTI em SP com pneumonia

Ex-corregedor do Conselho Nacional de Justiça, Gilson Dipp hoje é o coordenador da Comissão da Verdade

**Internado no hospital Albert Einstein, ele teve de ser submetido a uma cirurgia no abdômen; estado dele é estável**

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Gilson Dipp está internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do hospital Albert Einstein, em São Paulo, para tratar de uma pneumonia.

Dipp foi internado no último dia 18 de setembro no Hospital das Forças Armadas em Brasília para tratar de uma crise de asma.

A doença respiratória se agravou e evoluiu para uma pneumonia, o que provocou sua transferência para o hospital Albert Einstein, em São Paulo. Nos últimos dias, afirmou Airton Dipp, o ministro precisou passar por uma cirurgia no abdômen.

Segundo o boletim divulgado ontem pelo hospital Albert Einstein, seu estado é considerado estável.

Atual vice-presidente do STJ, Dipp é ministro da corte desde 1998, por indicação do então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em 2008, ele se tornou corregedor nacional de Justiça. Com o respaldo do então presidente do CNJ, Gilmar Mendes, ele deu início à rotina de inspecionar tribunais com indícios de problemas. Foi sucedido no cargo pela ministra Eliana Calmon.

Além do cargo de ministro do STJ, Dipp ocupa uma cadeira no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) e é o coordenador da Comissão Nacional da Verdade, que investiga violações aos direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. Ele também preside a comissão que elaborou o anteprojeto do novo Código Penal.



O ministro Gilson Dipp, integrante do STJ e coordenador da Comissão Nacional da Verdade

# FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

06 OUT 2012

## DESCULPA, GILMAR

O ator José de Abreu, o Nilo da novela “Avenida Brasil”, da TV Globo, se retratou “cabalmente” por ter chamado o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), de “corrupto” em comentário no Twitter. Em resposta a interpelação do magistrado, diz que, “informado” por seus advogados da “conotação mais forte” do adjetivo, “se retrata cabalmente, lamentando tê-lo empregado”.

### Equívoco

Em outro trecho da resposta, Abreu diz que “se equívocou ao atribuir ao interpelante a pecha de corrupto” e que “não tinha, como não tem, provas para fazer tal afirmação”. Teria escrito o comentário depois de ler reportagens que sugeriam, “a referida prática delitiva do interpelante [Mendes]”. Reconheceu que elas, “ainda que publicadas por veículos de seriedade incontestável, não constituem, por si só, base suficiente para permitir-lhe o equívoco de que agora cabalmente se retrata”.

### PARA FINALIZAR

Os advogados do ator, liderados por Nilo Batista, do Rio, aproveitaram o texto para fazer referência aos habeas corpus que, em 2008, Gilmar Mendes concedeu ao banqueiro Daniel Dantas na Operação Satiagraha. “Ao contrário da apreciação geral da imprensa, constituiu decisão não só adequada ao processo penal no Estado de Direito, como também corajosamente tutelar da autoridade da corte suprema.”

Batista e seus sócios se dizem à vontade para o elogio, já que “patrocinavam interesses radicalmente opostos aos daquele banqueiro”.

## contraponto

### Suprema campanha

Em comício realizado anteontem à noite em Jundiaí com as participações do governador Geraldo Alckmin e do candidato tucano Luiz Fernando Machado, o prefeito Miguel Haddad (PSDB) citou Joaquim Barbosa.

—Queria pedir palmas para o ministro, que vem conduzindo com isenção o julgamento do mensalão.

Surpreso com os efusivos aplausos ao relator do processo no STF, um dos participantes do evento emendou, às gargalhadas:

—Não é por nada, mas acho que o candidato deveria ser esse Joaquim aí! Ainda dá pra trocar?

## PAINEL DO LEITOR

Parabéns, ministro Ricardo Lewandowski, por ter tido a coragem de absolver José Genoino e José Dirceu, enfrentando a ira do ministro Joaquim Barbosa e do Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel. Enfrentando, também, a ironia dos demais ministros do STF e de grande parte da imprensa — que, com sua sanha condenatória, contamina uma boa parte da população.

GILCÉRIA OLIVEIRA (São Paulo, SP)

O ministro Lewandowski rasgou de vez a fantasia ao absolver José Dirceu. Compreende-se os atos de pensar e de defender ideias alheias a soldo. Agora, submeter a magistratura da mais alta corte do país, e ainda que fosse em primeira instância, ao sabor da subserviência do patrão é ir longe demais! Muito triste, ministro Lewandowski!

CARLOS ALBERTO BELLOZI (Belo Horizonte, MG)

O ministro Lewandowski diz que votou com a consciência para absolver José Dirceu, consciência de petista. Devolveu a Lula o favor obtido pela sua nomeação ao Supremo.

DARIO A. PASSARELLA (Mairiporã, SP)

**06 OUT 2012**

## **FOLHA DE S. PAULO** **Presidente da CUT pede vaia** **contra Judiciário e Serra**

Ao lado do ex-presidente Lula e do candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, Fernando Haddad, o presidente da CUT, Vagner Freitas, pediu ontem uma “grande vaia” contra o Judiciário e o candidato José Serra (PSDB).

Em ato do PT, Freitas protestou contra a apreensão de jornais no Sindicato dos Bancários, feita anteontem a pedido da campanha de Serra.

A Justiça Eleitoral entendeu que o jornal fazia propaganda em favor de Haddad. A lei eleitoral proíbe publicidade procedente de entidades sindicais.

“Foi um ato de violência contra a democracia. A grande imprensa faz campanha para o Serra e ninguém fala nada. Vamos dar uma grande vaia para o Serra e o Poder Judiciário!”, disse Freitas, sendo atendido por cerca de mil petistas na praça da Sé.

No jornal, com tiragem de 100 mil exemplares, o espaço dedicado a propostas e biografia do petista é maior que dos rivais. Um texto diz que “maioria da diretoria do sindicato apoia” Haddad.

O sindicato nega que o jornal tenha a intenção de deneigrir a imagem de adversários.

06 OUT 2012

## FOLHA DE S. PAULO

# Justiça manda família ter acesso a prontuário médico

CFM é contra por entender que registros fazem parte de segredo profissional

A família, se desejar, deve ter acesso ao prontuário médico do paciente morto — onde são registrados todos os cuidados prestados a ele —, segundo decisão tomada pela Justiça Federal de Goiás.

Só quando o paciente expressar a vontade de preservar os registros os prontuários não devem ser abertos.

A decisão, de abrangência nacional, se contrapõe à norma adotada pelo CFM (Conselho Federal de Medicina), que proíbe a liberação.

Os registros, entende o conselho, fazem parte do segredo profissional e só podem ser abertos em casos como autorização expressa do paciente, investigação criminal ou pelo interesse sanitário.

Na decisão, o juiz Társis Lima argumenta que “o sigilo médico-paciente atende a uma função, não sendo um fim em si mesmo”. “Essa função é a de resguardar o pleno exercício da medicina. Sem a confiança no sigilo médico, pode-se comprometer o próprio tratamento.”

No texto, Lima faz um paralelo com cartas e diários. “Embora muitas vezes revelem aspectos recônditos da pessoa morta, são acessados após a morte sem a necessidade de prévia autorização judicial, e resultam da natural proximidade gerada pelo vínculo familiar”, afirma.

Outro argumento é o interesse dos familiares por detalhes sobre eventuais doenças de transmissão genética.

Posições semelhantes, descreve o juiz, foram adotadas pelos Estados Unidos, pela Inglaterra e por Portugal.

A decisão é classificada como inédita por Ailton Benedito, procurador federal autor da ação. “Com a morte, quem preserva os direitos inerentes da pessoa é a família, não é o médico”, defende.

Com a abertura dos prontuários, haverá maior espaço para a fiscalização dos procedimentos médicos, diz ele.

A decisão determina que, em até dez dias após a notificação, o CFM solte uma orientação a médicos e serviços de saúde para: 1) fornecerem os prontuários após solicitação da família; e 2) informarem pacientes sobre a necessidade de expressar o desejo pela não-abertura dos arquivos.

O conselho reagiu à decisão afirmando que “os fatos e informações que constam de prontuários não devem estar disponíveis a consultas de terceiros” e que, notificado, vai recorrer.

06 OUT 2012

# FOLHA DE S. PAULO

## **Aparelho é desligado por engano e paciente morre**

Homem estava ligado a respirador havia 4 anos;  
a mãe dele também morreu ao saber da notícia

**ESTELITA HASS CARAZZAI**  
DE CURITIBA

Um paciente de 38 anos com doença degenerativa que estava internado em um hospital de Curitiba morreu após uma auxiliar de enfermagem desligar, por engano, o aparelho que o mantinha vivo.

João Carlos Siqueira Rodrigues estava ligado ao respirador havia quatro anos.

Ele morreu na manhã de 28 de agosto. O Hospital Evangélico abriu sindicância interna e divulgou anteontem que o erro foi da funcionária.

A mãe do paciente, Elza Siqueira Rodrigues, 68, sofreu um infarto agudo após saber da notícia e também morreu. Mãe e filho foram velados e enterrados no mesmo dia.

Rodrigues tinha polirradiculoneuropatia, uma doença degenerativa e incurável que limita progressivamente os movimentos. Apesar disso, estava consciente, conversava e escreveu um livro sobre suas experiências no hospital, lançado no ano passado.

A auxiliar de enfermagem, que não teve o nome divulgado, havia recebido a ordem de desligar a bomba de infusão (usada para administrar medicamentos ou nutrientes pela veia ou pelo esôfago), mas desconectou o respirador.

A funcionária foi demitida, segundo o hospital.

O caso é investigado pela polícia, que pode indiciar a funcionária sob suspeita de homicídio culposo. O Ministério Público não descarta denunciar também o hospital.

A família de Rodrigues planeja processar a entidade. "Foram duas vidas. É imperdoável", diz Noeli Rodrigues, irmã de João.

O Hospital Evangélico declarou, em nota, "lamentar" o fato e disse ter tomado "todas as providências" para apurar o ocorrido.

No tempo em que morou no hospital, Rodrigues noivou e casou. No livro que escreveu, dizia ser um "caçador de lembranças" — título da obra.

Uma vez por dia, saía à rua em frente ao hospital e olhava o movimento. "Às vezes eu cubro os meus olhos e vou pra bem longe daqui. Sinto o cheiro dos campos, aquela brisa do vento. Muitas vezes eu até me sinto voando", escreveu.

# GAZETA DO POVO

## Um voto surpreendente

### 06 OUT 2012

Um magistrado digno do nome poderia muito bem absolver um acusado, desde que estivesse baseado em motivos sólidos para tal. Mas, na quinta-feira, Ricardo Lewandowski mais parecia o advogado de defesa de José Dirceu

**O** esperado julgamento do ex-ministro José Dirceu, apontado como o mandante do esquema do mensalão, e do ex-presidente do PT José Genoíno foi interrompido na última quinta-feira. Por ora, o placar aponta três votos pela condenação dos dois réus e um pela absolvição. Na sessão de quinta, não deixou de chamar atenção a postura do ministro Ricardo Lewandowski ao decidir pela inocência de Dirceu.

Em outra ocasião, neste mesmo espaço, afirmamos que o julgamento do mensalão revelaria se o ministro Dias Toffoli — que ainda não deu seu veredicto sobre Dirceu e Genoíno — era um magistrado de verdade ou um militante partidário infiltrado no STF. O mesmo raciocínio vale para Lewandowski e qualquer um dos outros oito ministros que participam do julgamento. O critério não seria a mera decisão de punir ou absolver, mas a argumentação usada. Um magistrado digno do nome poderia muito bem absolver um acusado, desde que estivesse baseado em motivos sólidos para tal. Mas, na quinta-feira, Lewandowski mais parecia o advogado de defesa de Dirceu, fazendo uso de uma rebuscada retórica argumentativa para justificar sua posição pró-absolvição.

Para tanto, qualificou a denúncia do procurador-geral da República como um punhado de ilações sem suporte probatório, sustentada no depoimento do ex-deputado Roberto Jefferson, um “inimigo figadal” do petista. Em contrapartida, referiu-se a “torrenciais” provas testemunhais em defesa de Dirceu, imputando toda a responsabilidade sobre a distribuição de dinheiro aos partidos aliados ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O problema na torrente de testemunhos favoráveis a Dirceu é que, na maioria, foram prestados por petistas de carteirinha, o que para Lewandowski não foi suficiente para invalidá-los, como se fosse possível imaginar que algum “companheiro” complicasse a vida do outrora todo-poderoso ministro-chefe da Casa Civil.

A enfática posição do ministro revisor do processo do mensalão, entretanto, até agora não encontrou eco nos pares que já declinaram seus votos. Tanto Rosa Weber como Luiz Fux acompanharam integralmente o parecer do relator, Joaquim Barbosa, pela condenação de Dirceu e Genoíno. Para ambos, as provas existentes nos autos são mais que suficientes para atestar o envolvimento direto do ex-ministro da Casa Civil em toda a trama para comprar apoio parlamentar no primeiro governo Lula. Foram ainda mais longe os dois ministros, considerando como inverossímeis os argumentos expostos pelas defesas dos acusados.

Na próxima terça-feira irão se pronunciar os seis ministros que ainda não votaram; o destino de José Dirceu, José Genoíno, Delúbio Soares e outros acusados de corrupção ativa será inexoravelmente decidido. Pelo andar da carruagem, a expectativa é de que ocorra a condenação dos réus do mensalão por maioria de votos. Desde já fica a dúvida quanto à posição a ser tomada justamente pelo ministro Dias Toffoli, um dos únicos que podem acompanhar Lewandowski na absolvição de José Dirceu. Como se recorda, antes de ser guindado à posição de ministro do Supremo, Toffoli foi advogado de Lula, trabalhou com Dirceu na Casa Civil e ocupou a chefia da Advocacia-Geral da União no governo do PT. Apesar das suas estreitas ligações no passado com a cúpula petista, o ministro não se considerou impedido de participar do julgamento dos envolvidos no mensalão.

Questionamentos à parte a respeito da posição de Lewandowski em benefício de Dirceu e de como votará Toffoli na terça-feira, o STF vem cumprindo à altura seu papel. A começar pela negativa da maioria em aceitar a tese repetida reiteradas vezes pelos mensaleiros de que nunca houve dinheiro para comprar parlamentares e sim recursos de campanha não contabilizados. Como se dessa forma tudo se resolvesse e a prática de caixa dois fosse um expediente tolerado por supostamente ser praticado por todos os partidos. Esperamos que a punição exemplar dos réus do mensalão, com base na materialidade das provas dos autos, seja o ponto de partida para um novo patamar ético na política brasileira, onde conchavos e acordos espúrios virem coisa do passado.

06 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DOS LEITORES

### **Judiciário 1**

Digo ao sr. Miguel Kfourri Neto (**Gazeta**, 5/10) que a publicidade das contas dos órgãos públicos não é mero capricho da imprensa. É princípio da administração pública e se chama transparência. Como o dinheiro gasto nos luxos do TJ sai do bolso dos contribuintes – que o senhor, do alto da sua sagrada arrogância, chama de “simplória massa de manobra” –, nada mais justo que sabermos onde ele está sendo gasto. Ao dirigir-se a nós, cidadãos, tenha um pouco mais de respeito, sr. Kfourri. Esperamos que o senhor, no papel de presidente do TJ-PR, use um pouco mais de discernimento para julgar uma causa que o demonstrado ao redigir esse exaltado e apoplético texto.

**Ivonete Alexandrino dos Santos**

### **Judiciário 2**

Considero muito importante a aquisição das caminhonetes pelo TJ-PR; afinal, proporcionarão muito conforto e segurança aos seus usuários, em face da duríssima carga de trabalho e estresse que sofrem. Juntamente com o aluguel do jato executivo, acho que também seria interessante a aquisição de iates ou lanchas, aí todos os requisitos de conforto e segurança estariam preenchidos.

**João Carlos Rotta**

06 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

## Pai foi à Justiça para garantir tratamento da filha adolescente

■ O diagnóstico de um câncer raro na estudante Bárbara Weingartner, 15 anos, pegou todos da família de surpresa, no início deste ano. Em um momento de apreensão, os pais da adolescente ainda tiveram de se preocupar com um processo judicial movido contra a operadora do plano de saúde. Uma cirurgia de emergência foi coberta pelo plano. O tratamento, entretanto, foi inicialmente negado pela operadora, que só aceitou custeá-lo mediante decisão judicial.

Bárbara tem carcinoma cortical adrenal, um tipo de câncer que afetou rim, fígado e o baço da adolescente. Ela foi submetida a uma cirurgia para a retirada do tumor. Há cerca de 40 dias, precisou fazer quimioterapia em casa. A caixa do medicamento que é usado na quimioterapia custa R\$ 1,2 mil. Diante da negativa da operadora, o primeiro tratamento foi pago pelo pai de Bárbara, Gilson Weingartner. Ele conta que o advogado da família entrou com pedido de liminar e foi atendido pela Justiça no mesmo dia.

Atualmente, a operadora mantém os custos da quimioterapia. Mas Weingartner entrou com uma ação por danos morais e outra de ressarcimento dos gastos iniciais do tratamento. "É um absurdo, mesmo a operadora sabendo que vai perder

a ação ela não atende você antes que alguém entre na Justiça", reclama. Ele diz ainda que paga plano de saúde há 15 anos e não esperava que fosse enfrentar problemas em um momento tão difícil. "Por que isso? Você tem de se humilhar para garantir uma coisa que está no contrato!", acrescenta.

A ouvidoria é uma tentativa de reduzir a judicialização na saúde suplementar. Com um canal aprimorado de atendimento aos usuários, o presidente do Instituto Brasileiro de Direito da Saúde Suplementar, o advogado José Luiz Toro, vislumbra a redução de problemas. "É uma forma também de diminuir a judicialização na saúde suplementar. Muitas vezes, o usuário vai à Justiça porque não recebeu uma orientação correta na operadora do seu plano. A regulamentação da área é bastante complexa e se tiver um canal qualificado, como a ouvidoria, isso vai melhorar", completa.

---

## PLANOS DOENTES

Número de reclamações contra operadoras de saúde no Brasil e no Paraná.

Ano	Brasil	Paraná
2010	24.129	947
2011	33.383	1.332
2012*	39.642	*853

\* - de janeiro a julho no Brasil e de janeiro a junho no Paraná

Fonte: ANS



# 06 OUT 2012

## GAZETA DO POVO

STJ

### **Gilson Dipp está internado em estado grave**

O ministro Gilson Dipp, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), está internado na UTI do Hospital Albert Einstein, em São Paulo, em estado grave. Há duas semanas, ele deu entrada no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, com uma crise de asma. Em seguida, foi transferido para a capital paulista devido a complicações no quadro. Dipp teve perfuração no intestino e está com infecção generalizada. Além disso, está com pneumonia dupla e na quinta-feira retirou um coágulo de um dos pulmões. Pessoas próximas ao ministro afirmam que ele apresentou melhora ontem, após ter sido submetido a uma cirurgia no intestino. No entanto, o quadro continua grave.

Além de integrar o STJ, Dipp preside a Comissão da Verdade. Até recentemente, também era ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), presidia a comissão de reforma do Código Penal no Senado e era vice-diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam).

# GAZETA DO POVO

## Polícia e MP vão investigar morte de paciente

06 OUT 2012

Felipe Anibal

A Polícia Civil vai apurar as eventuais responsabilidades criminais pela morte de João Carlos Siqueira Rodrigues, que estava internado havia quatro anos no Hospital Evangélico de Curitiba e morreu no fim de agosto, vítima de erro de um funcionário. Em nota divulgada na tarde de ontem, o Ministério Público do Paraná (MP-PR) informou que vai acompanhar as investigações policiais. A Promotoria de Proteção à Saúde Pública de Curitiba afirmou que, em tese, o servidor poderá responder por homicídio culposo — quando não há intenção de cometer o crime. O hospital também pode ser responsabilizado, segundo o MP.

Rodrigues ficou conhecido por produzir um livro, mesmo sem sair do leito do hospital. Ele morreu em 28 de agosto, depois de ter permanecido quatro anos internado por causa de uma doença neuromuscular degenerativa. Segundo nota do MP-PR, a principal tese é de que um auxiliar de enfermagem teria desligado o aparelho que mantinha o paciente respirando. O inquérito foi instaurado pelo Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde (Nucrisa).

Na quinta-feira, o Hospital Evangélico divulgou o resultado de uma sindicância interna, que reconheceu que o paciente morreu por um “ato falho de um profissional”.

### PALESTRA

#### Outubro Rosa - câncer de mama

➤ **DATA:** dias 8, 9 e 10 de outubro (manhã, tarde e noite).

➤ **LOCAL:** anfiteatro Hospital Santa Cruz. Av. Batel, 1.889, 2º andar.

➤ **INFORMAÇÕES:** (41) 3312-3900 ou [www.hospitalsantacruz.com/outubrorosa](http://www.hospitalsantacruz.com/outubrorosa)

# GAZETA DO POVO

ALAN BALABAN

## Discriminação agora pode gerar estabilidade no trabalho

### ARTIGO

ALAN BALABAN, especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho e Processo Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor de Direito e Processo do Trabalho.

**E**mpresários devem tomar cuidado no momento de dispensar um empregado, pois a dispensa sem justa causa pode gerar estabilidade. É isso mesmo! O novo posicionamento do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que editou na última semana a Súmula 443, assim dispõe: "Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito. Inválido o ato, o empregado tem direito a reintegração no emprego".

Observa-se novamente que o órgão máximo da Justiça do Trabalho não mediu esforços para concretizar sua antiga ideia de criar estabilidade aos empregados que são desligados sem justa causa sob a alegação de discriminação. Ainda, levantou-se a bandeira de que a estabilidade é válida nos termos da Constituição Federal e da legislação trabalhista em vigor. Entretanto, não é

Inicialmente, é sabido que qualquer estabilidade decorre de lei. Gestantes, empregados que sofrem acidente de trabalho e/ou doença do trabalho, membros da Cipa, entre outros, têm direito a estabilidade uma vez que a própria legislação assim dispõe.

É nada mais justo, visto que o processo para se chegar a essa estabilidade advém do Congresso Nacional, passando pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, representantes do povo e dos estados, e não de um órgão judicial que não tem legitimidade para isso.

É temerosa, para não utilizar outra palavra, a súmula aprovada pelo Tribunal Superior do Trabalho que "cria" uma estabilidade sem qualquer amparo pela lei. Ainda, a súmula não foi feliz ao deixar de informar o período de estabilidade e como a discriminação deve ser comprovada, ou seja, se o empregado que se encontra na situação - dispensado sem justa causa por meio discriminatório - terá direito a estabilidade até quando e quais os meios pelos quais a discriminação deverá ser comprovada.

A gestante, por exemplo, tem a prova do seu estado gravitíssimo; o empregado eleito pela Cipa tem o documento que demonstra sua elegibilidade; o acidentário tem o laudo do INSS e a CAT, que demonstram o ocorrido. Como fica a situação do discriminado?

06 OUT 2012

Sabemos que a Justiça do Trabalho tem a fama de ser extremamente paternalista em face dos empregados, visto que utiliza princípios como o da hipossuficiência para justificar suas decisões - tanto no campo material quanto no processual - e que na dúvida a proteção sempre será feita em face do empregado. Isso é notório e quem atua no dia a dia sabe do ocorrido.

O que não se pode aceitar é uma imposição do Tribunal Superior do Trabalho em face do poder diretivo do empregador que está petrificada no art. 2º da CLT. Os limites desse poder já estão petrificados na Constituição Federal e na CLT. Não pode um órgão do Poder Judiciário emanar entendimento que incorra em face da lei.

Se o empregador tem um empregado com o vírus do HIV e/ou uma doença grave, ele poderá desligá-lo da empresa sem qualquer estabilidade e, caso ocorra a discriminação - e não estamos justificando sua validade - que a Justiça do Trabalho condene o empregador em danos morais e ainda oficie o Ministério Público ou até mesmo a polícia para que faça a devida apuração e investigação.

Entretanto, dispor em súmula que o empregado discriminado em sua dispensa - que seja portador de HIV ou doença grave - tenha direito a estabilidade não parece justo, correto e até mesmo legal nos termos da atual legislação pátria.

07 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

## ROGÉRIO KANAYAMA

### **Mensagem ao eleitor**

Rogério Kanayama

**H**oje 1.047 candidatos concorrem ao cargo de prefeito e vice-prefeito e 29.274, ao cargo de vereador nos 399 municípios paranaenses, atendidos por 206 zonas eleitorais, constituídas de 25.378 seções, instaladas em 5.529 locais de votação. Para auxiliar os trabalhos no dia das eleições, foram treinados 126.890 mesários, dos quais aproximadamente 20 mil se apresentaram como voluntários que, junto com os 848 servidores da Justiça Eleitoral, 190 estagiários e 77 requisitados de outros órgãos da administração pública, terão a responsabilidade de garantir ao eleitor as condições necessárias para exercer seu direito de escolher, legitimamente, seus representantes no governo e no Legislativo municipal.

O total de eleitores do estado é de 7.727.727, dos quais 1.172.939 pertencem a Curitiba, que é a maior capital do país com votação em urnas eletrônicas dotadas de um moderno sistema de identificação biométrica, que impossibilita a fraude quanto à identidade do eleitor, já testado com sucesso no município de Balsa Nova nas últimas eleições gerais, em 2010.

Além do município de Curitiba, os de Londrina, com 360.568 eleitores; Maringá, com 256.970; Ponta Grossa, com 225.984; e Cascavel, com 204.185, poderão ter o segundo turno das eleições majoritárias, conforme prevê a lei eleitoral, tratando-se de municípios com mais de 200 mil eleitores.

A grandiosidade desses dados estatísticos demonstra o trabalho incansável dos 206 juízes eleitorais e dos juízes membros deste tribunal, que dedicaram os últimos meses à árdua tarefa de julgar os feitos eleitorais, destacando-se os registros de candidaturas, aplicando pela primeira vez a chamada Lei da Ficha Limpa, que veio para

impedir que pessoas ímprobas e indignas tivessem a possibilidade de se habilitar para atuar na vida pública.

A Justiça Eleitoral também agiu utilizando as medidas judiciais e administrativas que lhe permite a legislação a fim de impedir a propaganda irregular e enganosa; os abusos econômicos, políticos, de autoridade e de utilização dos meios de comunicação; e a compra de votos, para punir os crimes eleitorais e assegurar o exercício da propaganda legítima, a divulgação de pesquisa idônea, o direito de resposta ao ofendido, procurando garantir o equilíbrio de oportunidades entre todos os candidatos.

Na certeza de que envidamos os esforços necessários para que as eleições se realizem de forma rápida, segura e tranquila, faço um apelo especial e individual a cada eleitor paranaense. Hoje é um grande dia, cuidadosamente planejado e preparado para que você, eleitor, exerça, com plenitude, o seu maior direito como cidadão — o de votar.

O mandato, conferido pela vontade popular, não representa somente o poder, mas sim a esperança do povo depositada nas mãos de poucos, requerendo daquele que o exerce abnegação, dedicação, honradez, consideração e responsabilidade. Portanto, sabendo da importância do seu papel na consolidação da democracia, vote conscientemente, para que ao apertar a tecla “confirma” da urna eletrônica e registrar o seu sufrágio, eleja um candidato idôneo, digno, competente, cômico da seriedade e da importância de seu cargo, com interesses afinados com a comunidade a que irá servir e que corresponda aos anseios dos seus eleitores. Boas eleições a todos!

Rogério Kanayama, desembargador, é presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

# GAZETA DO POVO

» RECORDE

## Mesário mais velho recebe prêmio

Isadora Camargo,  
especial para a Gazeta do Povo

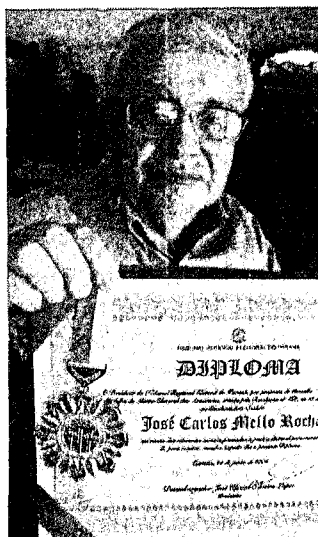
07 OUT 2012

Enquanto alguns jovens terão a primeira experiência nas urnas, o paranaense José Carlos Mello Rocha, considerado o mais antigo mesário do Brasil pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), receberá o troféu do portal RankBrasil, neste domingo, como uma homenagem por desempenhar a função há 62 anos.

O nome dele já constava no portal de recordes desde 2010, mas nestas eleições recebe a premiação por ter superado o próprio recorde nacional. O troféu será entregue no Colégio Estadual Barão do Rio Branco, onde foi presidente de seção na década de 1970.

Mello Rocha nasceu em Jaguariaíva, no interior do Paraná, e começou trabalhando em eleições em 1950, quando Getúlio Vargas foi eleito presidente do país. Foram cerca de 40 pleitos acompanhados como mesário. "Acompanhei as fases de organização do processo eleitoral. Eu gosto de votar e trabalhar nas eleições", disse.

Aos 81 anos, José Carlos presenciou quatro fases eleitorais marcadas pelo uso de urnas de madeira, de lona, eletrônicas e biométricas.



José Carlos Rocha trabalha nas eleições há 62 anos.

07 OUT 2012

»JUSTIÇA GAZETA DO POVO

# Quatro tribunais regionais têm pelo menos 114 vagas

Vão abrir inscrições os TRFs da 2ª, 4ª e 5ª Regiões, além do TRT do Paraná

Quatro tribunais regionais abriram inscrições para concursos para um total de pelo menos 114 vagas. Dois deles têm oportunidades no Paraná — o do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região (TRF4) e o do Tribunal Regional do Trabalho da 9.ª Região (TRT). Os outros tribunais são os Regionais Federais da 2.ª e 5.ª Regiões (TRF2 e TRF5).

O TRF4 vai contratar analista judiciário/apoio especializado nos três estados do Sul. Serão três vagas para provimento imediato e quatro para cadastro reserva. A Subseção Judiciária de Porto Alegre oferece duas vagas, uma para arquivologia e uma para médico psiquiatra. A subseção de Florianópolis, uma vaga para engenheiro civil e duas vagas em cadastro reserva para engenheiro elétrico. E a de Curitiba vai preencher cadastro reserva para Engenharia Elétrica. As inscrições, que custam R\$ 100, começam às 10h do dia 8 e terminam às 14h do dia 26, pelo site [www.concursosfcc.com.br](http://www.concursosfcc.com.br).

O TRF2 (Rio de Janeiro e Espírito Santo) seleciona para 58 vagas de juiz federal substituto. Para o mesmo cargo, o TRF5 (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe) tem 47 vagas. Em ambos, a remuneração é de R\$ 21.766,16 e a taxa de inscrição, de R\$ 160. No caso do TRF2, as inscrições preliminares poderão ser feitas entre 27 de outubro e 26 de novembro, pelo site [www.cespe.unb.br/concursos/trf2\\_12\\_juiz](http://www.cespe.unb.br/concursos/trf2_12_juiz). Para o TRF5, as inscrições preliminares serão entre 10 de outubro e 8 de novembro, no [www.cespe.unb.br/concursos/trf5\\_12\\_juiz](http://www.cespe.unb.br/concursos/trf5_12_juiz).

O TRT tem duas vagas de juiz do trabalho substituto no Paraná. Além dessas, há três vagas em processo de remoção, que poderão ser ocupadas por candidatos aprovados neste concurso, e 11 oportunidades que serão criadas com a instalação de 11 Varas do Trabalho, o que poderá acontecer no prazo de validade do certame. A remuneração é de R\$ 21.766,15. As inscrições custam R\$ 150 e vão até as 12h de 31 de outubro, no site [www.esppconcursos.com.br](http://www.esppconcursos.com.br).

07 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

## COLUNA DO LEITOR

### **Judiciário**

Ainda bem que os senhores do TJ-PR ficaram contentes com o nosso presente: caminhonetes modelo "popular". Pior seria se eles pedissem helicópteros para poder fugir das estradas perigosas que todo paranaense é obrigado a percorrer.

**Joaquim Menezes**

## NOTA POLÍTICA

### Pastas em paz

**O**s motivos da saída de Reinaldo de Almeida César da cadeira da Secretaria da Segurança Pública vão ficando mais claros, três semanas depois da mudança. A secretária de Justiça, Maria Tereza Uille Gomes, afirmou que melhorou o entrosamento entre as duas pastas desde que Cid Vasques assumiu a Segurança. Segundo a secretária, desde a posse do novo titular já foram realizadas três boas reuniões para definir os problemas dos presos do Paraná.

#### Altas...

Uma das primeiras medidas de Uille Gomes e Vasques, após a posse dele, foi revogar uma resolução de Almeida César que proibia os policiais civis e militares de fazerem escolta de presos. Vasques e Maria Tereza resolveram voltar com a prática, afirmando que a decisão do secretário anterior acabou atrasando cerca de 200 julgamentos no Paraná. Como não havia funcionários para fazer a escolta, os presos acabavam não indo às audiências.

## BESSA

### Decisões de peso

No final de outubro, Brasília vai sediar a I Jornada de Direito Comercial, evento que reunirá expoentes do setor para discutir entendimentos conforme a jurisprudência e a legislação atuais. A partir dos resultados do encontro, tribunais de todo o país poderão deliberar com esses entendimentos em suas decisões. Apenas cinco profissionais em todo o Brasil foram selecionados para dirigir grupos de trabalho e selecionar os enunciados para o evento, e entre eles está o advogado Alfredo de Assis Gonçalves Neto, único curitibano da lista.

...

A Jornada, que ocorrerá entre os dias 22 e 24, é uma iniciativa do ministro João Otávio de Noronha, do Supremo Tribunal de Justiça.

## COLUNA DO LEITOR

**"O voto incontestável, irreparável, perfeito, correto, do eminente ministro Celso de Mello, decano do STF, deveria ser publicado em todos os jornais do país. Também deveria ser levado pelos professores das faculdades de Direito, públicas e privadas, para ser objeto de estudo pelos alunos da cadeira de Direito Penal."**

Maria Irmina C. Vieira, professora aposentada

## » FRASES DA SEMANA

**"O Ministério Público não logrou produzir prova nenhuma sobre a suposta relação entre José Dirceu e Delúbio Soares, o qual agia com total independência no que toca às finanças do partido."**

Ricardo Lewandowski, ministro revisor do caso mensalão no STF, no voto em que inocentou o ex-ministro José Dirceu.

**"Não há a mais tênue verossimilhança na versão de que o primeiro acusado (Dirceu) não sabia do esquema."**

Luiz Fux, ministro do STF ao votar pela condenação do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu.

**"Não é possível acreditar que Delúbio sozinho teria comprometido o PT com uma dívida da ordem de R\$ 55 milhões, repassando mais da metade disso para partidos da base aliada."**

Rosa Weber, ministra do STF, ao votar pela condenação do ex-ministro José Dirceu.

**"O conjunto probatório sobre os pagamentos efetuados por Delúbio e Marcos Valério a parlamentares coloca o então ministro da Casa Civil na posição central da organização e da prática, como mandante das promessas de pagamento das vantagens indevidas a parlamentares para apoiar o governo."**

Joaquim Barbosa, ministro relator do caso mensalão no STF, ao votar pela condenação do ex-ministro José Dirceu.



08 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

# PR lidera prisões de motoristas embriagados

Neste ano, 851 condutores foram detidos nas rodovias federais que cortam o estado

O Paraná é o estado campeão em prisões de motoristas embriagados no país. Conforme estatísticas da Polícia Rodoviária Federal (PRF), somente este ano 851 condutores foram detidos nas rodovias federais do estado, contra 528 no Rio Grande do Sul, o segundo colocado. O estado ainda lidera o ranking de autuações e testes de embriaguez, apesar de os números estarem em queda.

De janeiro a setembro deste ano, 61.426 testes foram feitos nas rodovias federais paranaenses, totalizando 2.009 motoristas autuados — aqueles que dirigiam com 0,1 mg de álcool por litro de ar expelido a 0,3 mg. Os outros 851 condutores presos apresentavam mais de 0,3 mg de álcool por litro de ar expelido.

O número de prisões e autuações no estado, cerca de 94 ao mês, só não foi maior este ano porque a PRF teve um déficit de bafômetros no primeiro semestre, fato que refletiu na queda de prisões, autuações e testes este ano em relação a 2011. As sete delegacias operaram com um ou dois aparelhos, o que dificultou a fiscalização nos 42 postos espalhados pelo estado.

O chefe de operações da PRF no Paraná, Ricardo Schneider, diz que o problema já foi resolvido e hoje há cerca de 60 bafômetros disponíveis. Parte deles fica na reserva para reposições e um lote com mais 60 será disponibilizado em breve.

Schneider explica que a liderança no ranking da fiscalização deve-se ao tipo de trabalho colocado em prática pela PRF no estado. “Nossa cultura de trabalho é fazer o maior número possível de testes”, diz. A PRF é responsável pela fiscalização de pouco mais de mil quilômetros de rodovias federais no estado.

## Ritmo lento

O ritmo da fiscalização no Paraná não reflete a realidade do país. Em todo o Brasil, o número de testes caiu 30,80% de janeiro a julho deste ano em relação ao ano passado. O chefe da comunicação da PRF em Brasília, Fabiano Moreno, atribui o fato à mudança na metodologia de trabalho da polícia.

Moreno explica que nos primeiros anos de vigor da Lei Seca, a intenção da polícia era popularizar o uso do bafômetro e mostrar que a fiscalização estava nas ruas e rodovias. Por isso, foi feito um trabalho de saturação, ou seja, uma grande quantidade de motoristas era parada, independentemente de aparentarem qualquer suspeita.

Neste segundo momento, a PRF prioriza a realização dos testes em locais e datas onde há maior probabilidade de encontrar motoristas alcoolizados. Em razão da mudança, o número de testes diminuiu, mas as autuações aumentaram no país.

## Recusa

O hábito do motorista de se negar a fazer o teste do bafômetro — para não produzir prova contra si mesmo — não tem sido uma barreira à fiscalização e nem se reflete no número de testes, diz Moreno.

Quando o motorista se recusa a fazer o teste, o policial preenche um termo de constatação de embriaguez, o que resulta no recolhimento e processo de suspensão da carteira por 12 meses e multa de R\$ 957. “Caso o policial suspeite de qualquer sinal de embriaguez e o motorista se recuse a fazer o teste, ele vai ter o mesmo tratamento de um embriagado”, diz.

Para Moreno, o trabalho da PRF mostra resultados porque o número de mortes não tem aumentado, mesmo diante do crescimento da frota de veículos no país. Em 2011, foram registradas 8,6 mil mortes, número semelhante a 2010.

**CONTINUA**

# 08 OUT 2012

## GAZETA DO POVO

### PERÍMETRO URBANO

#### CONTINUAÇÃO

Na cidade, fiscalização não é constante

### PENTE FINO

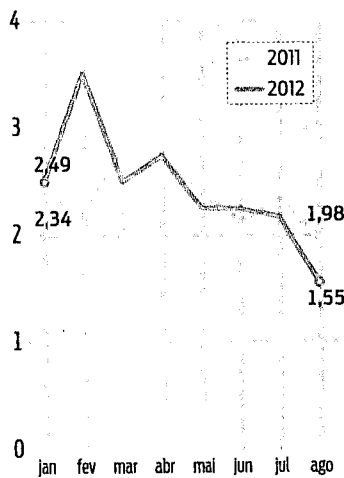
O Paraná liderou os testes e as prisões relacionadas à Lei Seca em 2012:

#### TESTES, AUTUAÇÕES E PRISÕES FEITAS PELA PRF

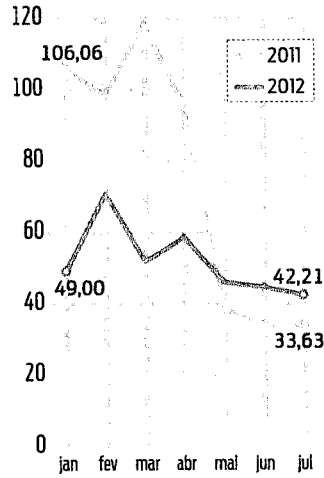
Números de janeiro a 26 de setembro deste ano

Estado	Testes	Autuações	Prisões
1º Paraná	61.426	2.009	851
2º Rio de Janeiro	59.498	404	133
3º Minas Gerais	57.718	1.346	501
4º São Paulo	43.839	846	283
5º Rio Grande do Sul	23.397	2.110	528

#### TOTAL DE AUTUAÇÕES DA LEI SECA EM TODO BRASIL



#### TESTES DE ALCOOLEMIA EM TODO BRASIL

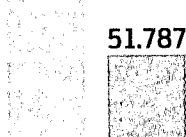


#### No Paraná

De janeiro a agosto

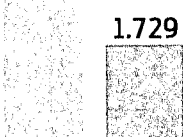
##### Testes

87.391



##### Autuações

2.662



##### Prisões

1.030



Fonte: Polícia Rodoviária Federal (PRF). Infografia: Gazeta do Povo.

A fiscalização antiembriaguez nas cidades é de responsabilidade da Polícia Militar (PM). A corporação diz que os testes são feitos em blitzes nas quais também são averiguadas as condições dos veículos e a documentação do motorista. Em Ponta Grossa, a PM conta com dois bafômetros e realiza operações com mais frequência nos finais de semana. Em Londrina, três aparelhos estão em uso. Em Foz do Iguaçu, a PM preferiu não divulgar o número de bafômetros, disse apenas que é suficiente.

Em municípios pequenos, como é o caso de Itaipulândia, a 70 quilômetros de Foz do Iguaçu, a PM recorre a bafômetros de cidades vizinhas quando necessário, utilizando equipamentos da polícia de Medianeira. Este ano, o Departamento de Trânsito no Paraná (Detran) lançou a campanha Se Liga no Trânsito, com apoio da iniciativa privada. A campanha já passou por Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel e chega a Foz do Iguaçu nos próximos dias. A ação ocorre em pontos de maior concentração de jovens de cada cidade. Em todo o estado, segundo dados repassados pelo Detran, quase 50% dos atendimentos nos prontos-socorros que têm relação com acidentes de trânsito envolvem pessoas com sinais de embriaguez. Só no primeiro semestre deste ano foram registradas 4.606 multas relativas a motoristas embriagados. Em outubro, o governo vai distribuir cerca de 1 milhão de bafômetros aos Detrans, informou a presidente Dilma Rousseff.

### CONTINUA

# 08 OUT 2012

## GAZETA DO POVO

### CONTINUAÇÃO

#### ANÁLISE

**Para especialistas,  
controle precisa  
ser ampliado**

O vice-presidente da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), José Montal, defende a aplicação da metodologia da Organização Mundial de Saúde (OMS) para evitar mortes no trânsito que envolvem embriaguez. Conforme o método, a cada ano, 1/3 da população de condutores teria de ser submetida a controles. A frota brasileira é de aproximadamente 73.699.403 veículos, conforme o Departamento Nacional de Trânsito.

Montal diz que na Espanha, onde o método foi adotado, o número de mortes no trânsito caiu 60%. Para ele, ainda é preciso avançar. "Em todas as instâncias onde houver condutores, por exemplo, em bares, o controle deveria estar presente", diz. Psicóloga e coordenadora do Núcleo de Psicologia do Trânsito da Universidade Federal do Paraná, Iara Thielen avalia que a Lei Seca ainda tem efeito, apesar de o trabalho da polícia ser mais pontual.

Para a professora, são necessárias campanhas e mobilizações para enfatizar a necessidade de separar álcool e direção porque muitas pessoas ainda pensam que pequenas doses de álcool não atrapalham. "Não podemos beber e dirigir. Não importa a quantidade", diz.

# GAZETA DO POVO

## FRIEDMANN WENDPAP

08 OUT 2012

### Aniversário

**N**o dia 5 a Constituição Federal completou 24 anos. É o período mais longo sem quarteladas, golpes, insurreições. A Carta Republicana durou de 1891 a 1930; contudo, foi época turbulenta, com brasileiros derramando sangue brasileiro por motivação política. Nessa medida, há muito a comemorar, mas não é o caso de idolatrar o texto cuja amplitude enciclopédica é causa imediata do “emendismo”, doença pueril do Brasil. A opção pelo texto analítico, aparentemente apto a vedar as frestas para a ressurreição das práticas políticas antigas e a rotina dos golpes de Estado, aprisionou os pósteros.

Embora, às vezes, o futuro repita o passado, o tempo não para e o processo político acontece hoje, não ontem. O resultado disso é que todas as candidaturas à Presidência da República lançadas pós-1988 programaram a mudança da Constituição. Os candidatos não eram apóstatas desejando afastar as venturas trazidas aos mortais pela Assembleia Constituinte. Eles apresentaram propostas para o *zeitgeist* dos seus eleitores que não é o mesmo de 5 de outubro de 1988.

O “emendismo” tem causa arquitetônica e, como todo mal estrutural, é insidioso, quase imperceptível. Para governar sincronicamente, os políticos se veem diante do imperativo de mudar o texto constitucional que envelhece sem viver e, para isso, precisam de maioria qualificada. Para conquistar e manter essa gigante base de apoio, anômala em qualquer democracia, o instinto de sobrevivência política embaça as luzes morais. O caráter analítico do texto constitucional, com a sua rigidez nanquim-celuloica, enseja o nivelamento da ação política por baixo todos os dias, todos os minutos. *Script* que estimula a vilania dos atores durante a representação. O mensa-lão é efeito direto da imperiosa necessidade de mudar o texto constitucional para governar a rotina do país.

Se a constituição fosse sintética, sem normatizar o ordinário, o governo precisaria de 55% do Parlamento; com 45% de oposição, a democracia ganharia em qualidade e os partidos não seriam deformados pela força gravitacional do dinheiro manipulado por quem governa.

Analogicamente se pode explicar o problema: ao ser constituído, o corpo humano está nu e ignorante, pronto para usar inúmeras vestes e adereços ao longo da existência. Além disso, acumulará conhecimentos, formará e mudará de opinião sobre as coisas da vida. Se ideias e adereços forem adicionados indelevelmente pelos genitores, cada decisão de modificação será muito custosa, sofrida. Imaginem algum modismo de tatuar bebês. Quando o bebê se tornar adulto, e a tatuagem restar démodé, quanto sofrimento para eliminá-la? Foi isso que os constituintes de 88 fizeram conosco: tatuaram suas preferências circunstanciais no nosso corpo político. Apagar ou mudar tatuagem é muito mais caro que desenho de henna para durar o verão.

Só uma constituição sintética gerará o arranjo dinâmico estável do processo político brasileiro que é condição, não resultado, do desenvolvimento econômico e social. O aniversário da Constituição Federal enseja comemoração pelo que já fizemos e reflexão sobre o quanto falta fazer.

08 OUT 2012

# GAZETA DO POVO

## LEITORES

“O presidente do TJ-PR veio a público utilizar-se do *jus esperneandi* em seu artigo.”  
**Hélio Azevedo de Castro.**

### Judiciário 1

O presidente do Tribunal de Justiça do Paraná veio a público utilizar-se do *jus esperneandi* em seu artigo (**Gazeta**, 5/10), pois interpretou como crítica a notícia da aquisição de utilitários de luxo, que se seguiu à compra de carros Renault Fluence top de linha. Queria o sr. Miguel Kfourri Neto que a **Gazeta do Povo** publicasse também o que de bom foi e está sendo feito pelo TJ-PR. Acontece que o que se faz e o que se fez ali nada mais é que a obrigação. Se não apareceu “uma mísera linha” sobre o que se fez, múltiplas linhas sobre atrasos foram escritas pelo Conselho Nacional de Justiça, numa correição aqui realizada.

**Hélio Azevedo de Castro**, economista aposentado

### Judiciário 2

Para o sr. presidente do TJ-PR, é fácil falar que não é carro de luxo; não é ele que paga! São folgados mesmo! Deveriam dar bom exemplo e fiscalizar gastos públicos, mas, ao contrário, fazem outros piores! Ele diz isso também porque não precisa depender de um posto de saúde sem médicos, de um sistema de transporte defasado e da pior educação e segurança pública do Brasil!

**Adriano A. de Souza**, Pinhais – PR

# 08 OUT 2012

## GAZETA DO POVO

### NOTA POLÍTICA

#### **O juiz...**

O ministro do STF e relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, foi a sensação da sessão eleitoral em que vota no Rio de Janeiro. Barbosa foi acompanhado pelos eleitores até a urna. O ministro, que completou 58 anos ontem, atendeu a todos os pedidos de autógrafos e fotos. "Cana neles", gritou um rapaz. "Muitos dizem isso, mas eu não dou muita bola. Não é disso que se trata", comentou o relator, que negou o status de celebridade: "Isso é carinho das nessoas".

#### **... e os julgados**

Já o ex-ministro José Dirceu, acusado por Barbosa de ser o mentor do mensalão, tentou evitar ao máximo a imprensa. Dirceu só chegou à seção eleitoral depois que sua mulher e assessores o liberaram. Outro réu do mensalão, o ex-presidente do PT José Genofino foi menos discreto. Ele não respondeu às perguntas da imprensa, mas repetiu várias vezes a frase: "Vocês são urubus que torturam a alma humana. A diferença é que agora não tem pau de arara, (a tortura) é com a caneta."

#### **Pinga-fogo**

**"Cumpro o meu dever e acho que as críticas fazem parte do processo democrático. O juiz vota de acordo com sua consciência, com as leis e com a Constituição e presta contas à sociedade. Estou com a consciência absolutamente tranquila."**

Ricardo Lewandowski, ministro do Supremo Tribunal Federal e revisor do mensalão.

**08 OUT 2012**

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

# **Varas Cíveis de Curitiba vão operar pelo Projudi a partir de hoje**

A partir de hoje todas as Varas Cíveis da Comarca de Curitiba, passarão a utilizar o sistema de processo eletrônico PROJUDI para as novas demandas ajuizadas a partir da respectiva data. No entanto, os feitos ajuizados antes do dia 08/10/2012 (segunda-feira) e que estão em formato papel, continuarão tramitando nesse formato, existindo a possibilidade de conversão para o meio digital a partir da fase Cumprimento de Sentença.

Em relação a 21ª Vara do Cível de Curitiba, que já vinha utilizando, o sistema de processo eletrônico denominado E-SAJ, também passará a utilizar o sistema PROJUDI. Assim os novos processos dessa Vara tramitarão pelo PROJUDI, enquanto os processos já em trâmite pelo E-Saj continuarão nesse sistema.

Ademais, com a implantação do sistema PROJUDI nas Varas Cíveis de Curitiba, o advogado(a) deverá observar e buscar se adequar as necessidades inerentes para utilização do sistema de processo eletrônico em questão, tais como:

a) Possuir Certificado Digital ICP-Brasil b) Promover o cadastramento junto ao sistema PROJUDI que pode ser realizado na OAB/PR ou em qualquer fórum do Estado.  
c) Configurar seu computador para configuração do computador com os programas necessários para formato PDF, assinatura digital, linguagem Java e navegador de internet Mozilla.

Os programas necessários podem ser encontrados no link: <http://www.oabpr.org.br/projudi/>

Recomenda-se ainda a leitura das disponíveis na aba Legislação no link: <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/>, em especial a o Provimento 223/2012 do TJPR e a Resolução 03/2009 que regulamentam a prática processual no PROJUDI.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

LIZETE ANDREIS SEBEN

08 OUT 2012

## O BRASIL NO PÓDIO DAS DROGAS ILÍCITAS

*A realidade brasileira, no que tange ao consumo de drogas ilícitas, é muito, muito preocupante, uma vez que, ao contrário do que ocorre no mundo, cresce assustadoramente o número de usuários. Somos, hoje, o primeiro maior consumidor de crack e o segundo em cocaína do Planeta.*

*Cumpra esclarecer, de início, que a cocaína se constitui num estimulante do sistema nervoso central, extraída das folhas da planta *Erythroxylon coca*<sup>1</sup>, que pode ser consumida sob a forma de cloridrato de cocaína - um sal hidrossolúvel - de uso aspirado ou injetado. Há, ainda, as apresentações alcalinas, voláteis a baixas temperaturas, que podem ser fumadas em "cachimbos". É o caso do crack, da merla e da pasta básica da cocaína<sup>2</sup>.*

*O crack, por sua vez, é tido como uma forma potente de uso da cocaína, por inalação do vapor expedido com a queima de pedras, manufaturadas a partir do cozimento da pasta de cocaína combinada com bicarbonato de sódio que, ao ser queimado, produz um ruído em forma de estado, daí derivando seu nome.*

*De acordo com apurações realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisa de Políticas Públicas do Álcool e Outras Drogas (INPAD), constatou-se essa triste realidade de que o Brasil detém no mercado mundial - o primeiro lugar no consumo de crack e a segunda posição no consumo de cocaína. Os dados foram levantados por um grupo de estudos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e informados no mês de setembro de 2012. Foram ouvidos aproximadamente 4,6 mil pessoas com faixa etária superior a 14 anos em 149 municípios do país.*

*Conforme aponta o relatório, 4% da população adulta brasileira, correspondendo a seis milhões de pessoas, já experimentaram cocaína alguma vez na vida. Entre os adolescentes, jovens de 14 a 18 anos, 44 mil admitiram já ter feito uso da droga, o equivalente a 3% desse público.*

*Ainda consoante a esse estudo, 27% dos usuários dos dois tipos de cocaína (em pó - de uso nasal, e em pedra - fumada) consumiram a droga todos os dias ou, ao menos, duas vezes por semana, no ano passado. Quase metade (48%) foi identificada como dependente químico, mas apenas 30% deles disseram ter a intenção de interromper o uso.*

*Outro ponto preocupante abordado no relatório foi a idade de iniciação, o qual aponta que quase a metade (45%) experimentou cocaína antes dos 18 anos de idade. Além da iniciação precoce, o acesso à droga também é facilitado, pois 78% deles consideraram fácil encontrar o produto.*

*A pesquisa também comparou o consumo de cocaína nas regiões brasileiras em 2011. No Sudeste está concentrado o maior número de usuário de drogas, 46% deles. No Nordeste estão 27%, no Norte 10%, no Centro Oeste 10% e, no Sul, 7%.*

*No que tange ao crack, tida como droga de pobres, porque custa pouco, ele vem sendo consumido, cada vez mais, por pessoas da classe média. A constatação é do Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas), entidade ligada à Unifesp (Universidade Federal de São Paulo). Droga de altíssimo poder destrutivo, ocasiona danos graves aos usuários.*

*Esse elevadíssimo consumo de drogas está retratado no cristalino avanço da violência e da criminalidade no país, objeto de muitos estudos e enfrentamentos por meio de políticas públicas, preventivas e repressivas, do que são exemplos as operações especiais voltadas a desordenar a rede de narcotráfico e àquelas de enfrentamento do tráfico do crack em áreas de maior vulnerabilidade. A evidência, os assustadores números retratados na recente pesquisa demonstram a necessidade de maior dedicação ao tema.*

*\*Lizete Andreis Sebben, Desembargadora TJRS [www.lizetesebben.com.br](http://www.lizetesebben.com.br)*



# A quem interessa o Projeto Sarney?

**A** comunidade jurídica unanimemente se manifesta contrária ao projeto de Código Penal que tramita no Senado Federal por proposta do seu presidente, José Sarney. A reação à pretensão de se impor à Nação um Código Penal feito às pressas, que atinge a segurança e a liberdade de todos, se fez imediata ao se tomar conhecimento do texto.

Em seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCrim), o maior encontro nacional de estudiosos do Direito Penal, foi lançado manifesto com mais de 2 mil assinaturas. Nesse manifesto se acentuava o preocupante uso de conceitos e termos jurídicos com impropriedade e o traslado piorado de tipos penais da legislação esparsa.

Em encontro promovido no Rio de Janeiro pela Escola da Magistratura e pelo Ministério da Justiça, presentes penalistas de todo o Brasil, emitiu-se carta aberta na qual se destacou a notável pobreza teórica do projeto, razão pela qual se concluiu pela radical negação da proposta como um todo.

Em Ato em Defesa do Direito Penal realizado dia 24 último no salão nobre da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, 19 entidades, as mais representativas do mundo jurídico, como a OAB federal, o Ministério Público de São Paulo, a Defensoria Pública, o Instituto dos Advogados Brasileiros, a Associação dos Advogados de São Paulo, bem como outras organizações que congregam advogados ou promotores, lançaram nota ao Senado na qual se apontava ser o projeto um conjunto normativo destituído de técnica jurídica, sem sistema e com graves deficiências, seja ao conceituar institutos da teoria do crime (por

**Senado insiste votar em prazo exíguo o novo Código Penal, que é um passeio pelo absurdo**

exemplo: tentativa, coautoria), seja ao criar tipos penais, concluindo-se haver apenas um único caminho: sobrestamento de sua tramitação.

Todos, em uma só voz, se levantam contra o projeto, mas o Senado insiste em manter a votação em prazo exíguo, com desculpas as mais esfarrapadas. À questão de por que se ter realizado o trabalho em apenas seis meses, a resposta é: assim determina o Regimento do Senado. Ao se indagar o motivo pelo qual não houve uma comissão revisora, como sempre se deu ao longo do tempo com relação a anteprojetos de código, a resposta é a mesma: o regimento do Senado não prevê tal comissão.

Acima da prudência e do bom senso, elege-se o regimento como uma tábua mandamental. A quem se deve responsabilizar pela prepotência de fazer o Senado surdo e cego diante de tantos alertas e manifestos?

Ao ler o projeto, não se espante com o absurdo constante de um artigo: leia o seguinte. Além dos esdrúxulos tipos penais já muitas vezes lembrados – como o de molestamento de cetáceo –, cabe trazer para conhecimento do leitor outras aberrações jurídicas.

Ao se definir o denominado estado de necessidade (que justifica a ação realizada para salvar um direito posto em perigo certo e atual), elimina-se um dado essencial: a inexistência de outro meio de evitar o perigo. É o caso dos naufragos que disputam uma única boia: por não haver outra maneira de impedir o perigo de afogamento, legitima-se um naufrago a tomar para si a boia. Só se justifica essa ação se

não houver outra forma de proteção do direito à própria vida. Mas o projeto inova, não mais exigindo que a ação lesiva de terceiro (o outro naufrago) seja o único modo de evitar o perigo. Assim, se existir outro meio de preservar o direito, nem por isso, pelo projeto, deixará de se reconhecer o estado de necessidade. Fica ao alvitre do agente escolher o modo mais fácil de se salvar, mesmo que venha, desnecessariamente, a causar a morte de terceiro.

Cria-se o crime de corrupção no setor privado (objeto, aliás, de meu último artigo nesta página), mas se faz de modo totalmente errado. Ignora-se que a corrupção pode ser praticada por qualquer empregado ou diretor, em descumprimento do dever de probidade para obter vantagem indevida, prevendo-se no projeto, todavia, que há corrupção apenas se o agente for representante legal da empresa – artigo 167 –, tornando-se, então, a figura penal letra morta.

O projeto define gestão fraudulenta – artigo 354 –, um dos crimes apontados no processo do mensalão e punido pela atual lei dos crimes financeiros com a pena de três a 12 anos de reclusão. Mas, ao fazê-lo, consegue piorar a redação legislativa já falha, ao estatuir que constitui gestão fraudulenta praticar ato fraudulento na gestão de instituição financeira. Ora, uma figura assim descrita pode ser tudo; porém é punida com pena de um ano a quatro anos de prisão, favorecendo boa parte dos mensaleiros, visto a lei mais benéfica retroagir.

**CONTINUA**

06 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO

Cria o projeto o crime de terrorismo, consistente em causar terror na população com o fim de forçar autoridades públicas a fazer o que a lei não exige, realizando sequestros, saques, sabotamento de meios de comunicação, etc. Mas considera que não há crime de terrorismo se a conduta individual ou coletiva for de pessoas movidas por propósitos sociais ou reivindicatórios, desde que os objetivos e meios sejam compatíveis e adequados à sua finalidade. Assim, os atos de terror dos movimentos sociais de sem-teto ou sem-terra poderão ser lícitos.

Lembro, também, o crime de genocídio, bem definido na Lei n.º 2.889/1956, mas que se tipifica no projeto – artigo 459 – como ato pelo qual se vem, com o propósito de destruir um grupo, a lesionar ou matar apenas uma única pessoa!

Por fim, vejam só: a briga de galo é crime segundo o artigo 395, punindo-se quem participa de confronto de animais com dois a seis anos de prisão, exatamente a pena da lesão corporal grave, quando se causa a alguém enfermidade relevante e incurável ou cegueira de um olho. Mas se o animal morre a pena dobra: quatro a 12 anos de prisão!

O Projeto Sarney é um passeio pelo absurdo. A quem interessa levar avante essa proposta, mesmo em face das denúncias de suas graves impropriedades?

●  
ADVOGADO, PROFESSOR TITULAR  
DA FACULDADE DE DIREITO  
DA USP, MEMBRO DA ACADEMIA  
PAULISTA DE LETRAS,  
FOI MINISTRO DA JUSTIÇA

06 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

# Ameaça ao sistema de saúde

**P**or ter sido contestada pela Procuradoria-Geral do Estado, felizmente não tem efeito imediato a surpreendente decisão da Justiça do Trabalho de declarar nulos, por supostas irregularidades trabalhistas, todos os contratos firmados entre a Secretaria de Estado da Saúde e organizações sociais de saúde (OSSs) para a prestação de serviços públicos nessa área. O cumprimento imediato da decisão implicaria a paralisação dos serviços prestados por 37 hospitais e 44 outras unidades de saúde hoje operados por OSSs, com graves prejuízos para a população.

Como os contratos considerados nulos baseiam-se em lei federal, além da legislação estadual específica para esses casos, espera-se que a decisão, tomada em primeira instância, seja revista nos tribunais superiores, restabelecendo-se, assim, a segurança jurídica indispensável para a continuidade da prestação desse serviço público essencial.

Acatando pedido feito pelo Ministério Público do Trabalho em 2010, a juíza Carla Malimpenso de Oliveira El Kutby, da 3.<sup>a</sup> Vara do Trabalho, considerou que os funcionários das OSSs são, na prática, funcionários do Estado e, portanto, devem submeter-se ao regime de trabalho e de contratação dos demais funcionários públicos. Sua decisão implica a troca de todos os funcionários das OSSs considerados terceirizados por

servidores concursados.

Se aplicada, a sentença representaria um grave retrocesso no necessário e inadiável processo de modernização do Estado iniciado na década de 1990, quando ficou evidente sua incapacidade de continuar prestando serviços públicos com a qualidade e na quantidade exigidas pelo País. Além do programa de privatização, a reforma modernizadora do Estado criou a figura da organização social (OS), formada por entidades da sociedade civil, sem fins lucrativos, para desempenhar serviços de interesse público que o Estado não consegue desempenhar a contento e que não são necessariamente prestados por órgãos governamentais, entre eles o de saúde.

As OSs foram criadas pela Lei n.º 9.637, de maio de 1998. Além de, necessariamente, terem em seus conselhos superiores representantes do poder público, essas OSs são obrigadas a cumprir diversas cláusulas relativas à qualidade dos serviços prestados. Elas devem publicar anualmente o relatório da execução dos termos do contrato, estão sujeitas a controle externo rigoroso, por meio da avaliação periódica de seu desempenho por uma comissão composta por especialistas de notória qualificação, e, sobretudo, são obrigadas a assinar um contrato de gestão. Para serem remuneradas, precisam provar que cumpriram metas e desempenharam os serviços para os quais foram contratadas.

O cumprimento da decisão

de primeira instância da Justiça do Trabalho sobre essa questão resultaria na substituição imediata das OSs por funcionários concursados, ou seja, o restabelecimento da situação vigente antes da reforma administrativa prestes a completar dois decênios.

A decisão atende, assim, às queixas puramente corporativas dos que, em defesa de seus interesses, mas não os da sociedade, resistem a mudanças modernizadoras e lutam por seus privilégios, que incluem a estabilidade no emprego, qualquer que seja a qualidade do serviço que prestam, quando prestam.

Nenhuma restrição haveria à prestação dos serviços essenciais por funcionários públicos se, como nas OSs, sua remuneração e estabilidade estivessem sujeitas a cumprimento de metas e à divulgação de seu desempenho, entre outros requisitos de qualidade.

Decisões como a da juíza da 3.<sup>a</sup> Vara do Trabalho caracterizam o que, em artigo publicado no Estado (3/10), o desembargador mineiro Rogério Medeiros Garcia de Lima chamou de "judicialização" da vida social e da política, processo pelo qual se recorre à Justiça para impor, arbitrariamente, obrigações a governantes, legisladores e aos cidadãos. Aos magistrados, afirma o desembargador, cabe apenas fazer cumprir a Constituição e as leis. "O Poder Judiciário não pode servir de trampolim para o exercício arbitrário e ilegítimo do poder público por quem não foi eleito."

06 OUT 2012

# O ESTADO DE S. PAULO SUPERENDIVIDADOS GANHAM TRATAMENTO ESPECIAL

Em São Paulo, Procon se une ao Tribunal de Justiça para renegociar dívidas

**O**s consumidores superendividados de São Paulo vão começar a receber um tratamento especial. O Programa de Apoio ao Superendividado (PAS), liderado pelo Procon de São Paulo em parceria com o Poder Judiciário, vai oferecer desde palestras educativas até audiências no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) – do Tribunal de Justiça do Estado – para intermediar a negociação dos endividados com os credores.

“Esse programa vai auxiliar os consumidores orientando e promovendo audiências de renegociação”, diz Paulo Arthur Góes, diretor executivo do Procon-SP

A expectativa é que o programa atenda 120 endividados por mês. A sede do Núcleo de Tratamento do Superendividamento foi inaugurada ontem, na Barra Funda, zona oeste de São Paulo, e começa a funcionar a partir de segunda-feira.

Em todo o processo de auxílio, estão previstos três passos. No primeiro, haverá um processo de triagem dos superendividados; no passo seguinte, serão realizadas palestras e entrevistas. Por fim, haverá a tentativa de renegociação da dívida com os credores.

**Experiência.** No projeto-piloto, encerrado no ano passado, o programa antedeu 288 endividados – na média cada um devia em quatro contratos. “São normalmente dívidas em cheque especial, cartão de crédito, contas não pagas de serviços essenciais”, afirma o diretor executivo do Procon-SP.

Pelo levantamento da entidade, 31% dos participantes do projeto piloto estavam devendo porque gastaram mais do que ganharam. Outros 24% deviam porque houve uma alteração na renda, e

21% entraram na lista de devedores por causa do desempregado.

No recorte por faixa de dívida total, 34,7% deviam entre R\$ 1 mil e R\$ 4.999. Na sequência, estão dívidas cuja a soma vai até R\$ 1 mil (28,1%). Em terceiro lugar, estão dívidas entre R\$ 5 mil e R\$ 9.999 (18,8%).

A condutora escolar Odete da Silva Meira, conseguiu reduzir a sua dívida de R\$ 25 mil para R\$ 11 mil no projeto piloto. Na renegociação no Cejusc, a proposta foi de um parcelamento da dívida em até 48 vezes, mas ela preferiu quitar o que devia em 11 vezes. “Acabei de pagar a última parcela em maio.”

O orçamento de Odete estourou durante a construção da sua nova em Campo Limpo. “Quase todo dia chegava uma cobrança pelo correio.”

No processo de renegociação, ela aprendeu a se organizar financeiramente, colando todos os gastos numa planilha. “Hoje, já consigo até guardar um dinheiro por mês.”

# O 6 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### SÔNIA RACY

#### Salvo pelo gongo

A última sessão do Conselho Nacional de Justiça deixou Ayres Britto com a pulga atrás da orelha. Frontalmente contrário à admissão de parentes de juizes em tribunais, o ministro assistiu a uma tentativa de afrouxamento da regra que veta a prática.

O CNJ – presidido por ele – caminhava para rever vários casos de nepotismo quando o novo corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, pediu vista do processo. Britto suspirou, aliviado.

#### Árvores e filhos

Dias antes de absolver José Dirceu no julgamento do mensalão, Lewandowski plantou um ipê amarelo ao lado do STF: “Minha vida está completa”, disse.

O ministro já escreveu vários livros e tem três filhos.

#### Árvores e filhos 2

Já Ayres Britto perdeu a empolgação ao avistar sua mirrada plantinha: “A seca atingiu minha árvore”. E Cármen Lúcia desistiu de plantar a sua – havia feito isso em 2007. Um maldoso comentou: “Parece até um bonsai”.

### TUTTY

#### Voto de protesto

Se vivêssemos ainda no tempo em que o eleitor escrevia o nome de sua preferência na cédula de papel, Joaquim Barbosa seria o “cacareco” da vez em todo o País. Calcula-se que sete em cada dez brasileiros votariam hoje no ministro do STF, á despeito de sua não candidatura.

#### A PEDIDO DA DEFESA

#### Nova perícia é feita em apartamento onde o coronel Ubiratan Guimarães morreu

Uma nova perícia foi feita ontem no prédio onde o ex-coronel da Polícia Militar Ubiratan Guimarães foi assassinado, em setembro de 2006. A análise foi determinada pelo juiz do 1.º Tribunal do Júri, Bruno Ronchetti, a pedido da defesa da ex-namorada do militar, e única acusada do crime, a advogada Carla Cepollina. O apartamento onde aconteceu o crime fica na esquina da Rua José Maria Lisboa com a Avenida 9 de Julho, na zona oeste de São Paulo.

Ubiratan – que comandou a invasão ao Carandiru em 1992 – foi morto com um tiro na barriga. De acordo com a polícia, a advogada foi vista entrando no apartamento na data do crime. Cepollina nega e responde ao processo em liberdade.

#### PARANÁ

#### Único candidato em Catanduvas é barrado

Com base na Lei da Ficha Limpa, o Tribunal Superior Eleitoral manteve, por unanimidade, o indeferimento do registro da candidatura de Olímpio de Moura (PMDB) à Prefeitura de Catanduvas. Ele é o único concorrente ao cargo e foi condenado por violação à Lei de Licitações, em razão de contrato firmado entre a prefeitura e a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município, em 1997. Embora Moura tenha argumentado que, quando prefeito, suas contas foram aprovadas, o TSE rejeitou os argumentos.

06 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Ministro do STJ é internado em UTI na capital

O vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Gilson Dipp, está internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) do Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Também integrante da Comissão da Verdade, Dipp foi internado há cerca de duas semanas no Hospital das Forças Armadas (HFA), em Brasília, com quadro de asma.

No entanto, a situação teria evoluído para uma pneumonia e a família teria decidido transferi-lo para São Paulo. Uma nova complicação teria surgido, fazendo com que ele fosse submetido a uma cirurgia abdominal.

**Boletim.** De acordo com boletim médico divulgado ontem à tarde pelo Hospital Albert Einstein, o estado de saúde do ministro é “estável” e ele está na UTI recuperando-se da cirurgia abdominal. No entanto, pessoas próximas a ele afirmam que a situação é grave. Nota divulgada no início da noite pelo STJ informa que o ministro está internado “em razão de complicações de asma”.

07 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Avós vão à Justiça pelo direito de ver os netos

Vítimas indiretas do fim conflituoso do casamento dos filhos, eles se apoiam em lei recém-sancionada que lhes assegura benefício

“Os netos são a última grande paixão dos avós.” Na primeira vez em que leu essa afirmação, cunhada pelo jurista Edgard de Moura Bittencourt, o advogado Henrique Lindenbojm apenas a achou bonita e apropriada para citar na ação que um casal de clientes movia contra o filho que os impedia de ver os netos.

Era a década de 1980 e a causa foi ganha. Quase 30 anos depois, a frase ganhou outro significado. Ao citá-la, os olhos desse senhor de 71 anos se enchem d’água. “Agora, ela dói na alma”, resume ele. Segundos de silêncio depois, ele completa: “É desolador perder o contato com aqueles que levam o seu sobrenome.”

Impedido de ver os netos, ele teve de recorrer à Justiça e, sabendo que a sua situação é a mesma vivida por muitos outros brasileiros, criou, há dois meses, a página Associação dos Avós Excluídos, no Facebook. “Meu objetivo é alertar sobre a existência desse problema e ajudar a quem sofre dessa mesma privação”, diz Lindenbojm.

O direito de convívio é previsto na Constituição, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, no ano passado, a presidente Dilma Rousseff sancionou uma lei que adicionou ao Código Civil um parágrafo que diz que “o direito de visita estende-se a qualquer dos avós, a critério do juiz, observados os interesses da criança ou do adolescente”.

“Quando se proíbe esse relacionamento, transgride-se um direito da criança”, explica o desembargador Rui Portanova, do Tribunal de Justiça do Rio Gran-

de do Sul. “No âmbito dos relacionamentos familiares, a Justiça trabalha com as questões da afetividade e da solidariedade. E, sob esses aspectos, o direito dos avós verem os netos é legítimo e deve ser respeitado.”

**Desavenças.** Na maioria dos casos, a proibição chega aos avós por efeito cascata do fim conflituoso do casamento dos filhos – as crianças ficam com a mãe, que as proíbe de contato com parentes paternos –, mas há exemplos de desavenças na própria família, isto é, filhos que rompem com os pais e vetam a convivência deles com os netos.

A psicóloga Elodéa Palmira Perdiza trabalha no Centro de Estudos e Assistência à Família (Ceaf), uma organização sem fins lucrativos que atua no atendimento psicológico, jurídico e na mediação de conflitos familiares. Ela conta que esse tipo de situação é corriqueira, mas que “cada caso é um caso”.

“Há casos em que os avós são vetados por uma discussão boba ou por uma espécie de punição por excessos de paporicos. Esses são mais simples e conseguimos resolver com uma conversa”, diz.

Há outros mais complexos, como o de uma senhora que criava o neto até que a filha se casou e o marido (que não é pai do menino) dificulta o contato da avó com o enteado. “Conversamos e, por enquanto, conseguimos que a avó veja o neto um domingo por mês. O objetivo, agora, é diminuir esse intervalo.”

Quando não se chega a um acordo, a orientação é clara: procure a Justiça. Foi o que fez Celina (nome fictício), há mais de 15 anos, quando seu filho único se separou da mulher e a ex-nora só a deixava ver a neta acompanhada pela babá ou pelo segurança. E, com o tempo, até esses encontros foram dificultados. “Ela dizia que a menina já tinha outros compromissos, que o fim de semana estava corrido, que ela ia viajar e por aí vai”, lamenta.

Indignada, Celina procurou a Justiça e ganhou a causa. “A partir de então, tive um dia estipulado e meu direito de ficar com ela sem a supervisão de ninguém.”

A regra valeu até que a neta se tornasse adolescente. “Depois disso, nos encontrávamos sempre que ela queria. Uma hora os encontros rarearam porque eu concorria com as baladas e o namorado. Mas é diferente, não é?”

Já Augusta (nome fictício) prefere a distância a criar um possível conflito entre a filhas e as netas. “Sei como é sofrer o desprezo de uma filha. Mas, por isso mesmo e apesar disso, não quero fazer o mesmo com ela, colocando minhas netas contra a mãe”

**CONTINUA**

07 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

**Proibidos.** Há poucos motivos para que o pedido dos avós seja negado. O desembargador Portanova explica que isso acontece quando se percebe que a ideia do avô é, por exemplo, facilitar o contato de um dos genitores que estejam proibidos judicialmente de ver o filho. “Se um pai é impedido por conta de suspeita de abuso, por exemplo, e a gente suspeita que esse avô quer burlar essa determinação, então vetamos”, diz.

O desembargador Álvaro Augusto dos Passos, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), diz que se há a percepção de que a relação familiar também é muito tumultuada, manter a distância pode ser uma solução temporariamente apropriada. “Já cheguei a negar numa situação como essa”, revela. “Mas é exceção. O que a gente sempre pesa é o bem-estar da criança e, para isso, tentamos reproduzir uma situação de normalidade. E o normal são os netos conviverem com os avós”, acrescenta.



07 OUT 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Desempenho

### constrangedor

Foi constrangedor – não há outra palavra – o desempenho do ministro Ricardo Lewandowski, revisor do processo do mensalão no Supremo Tribunal

Federal (STF), na sessão da quinta-feira do julgamento do escândalo. Na véspera, o relator Joaquim Barbosa havia condenado 8 dos 10 acusados de corrupção ativa pelo Ministério Público, a começar do ex-ministro da Casa Civil do governo Lula José Dirceu, do ex-presidente do PT José Genoino e do ex-tesoureiro da agremiação Delúbio Soares. Logo em seguida, o revisor corroborou a condenação de Delúbio, mas votou pela absolvição de Genoino. E, anteontem, para surpresa de ninguém, livrou Dirceu da imputação de comandar a compra de apoio de deputados a projetos do Planalto.

O que constrangeu não foi nem sequer a sua conclusão, mas a falta de sutileza com que exerceu o papel de defensor do principal réu da mais importante ação da história da Corte. Pior. Ao longo de sua fala de duas horas, um aflito Lewandowski procurou meios e modos para livrar Dirceu da condenação. Ora disse que não há nos autos prova documental ou pericial que o incrimine, ora que há “provas para todos os gostos”. Segundo ele, o procurador-geral da República se baseou essencialmente nas acusações a Dirceu de seu “inimigo fidalgo” Roberto Jefferson, o denunciante e corrêu do mensalão. E mesmo essas ele não confirmou em juízo, arguiu – apenas para ser corrigido pelo presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, que, a seu modo suave, repôs a verdade dos fatos.

Ele foi um dos quatro membros do colegiado a desmoralizar com os seus apertes a linha do revisor. Gilmar Mendes apontou a contradição entre os seus votos anteriores pela condenação de políticos por corrupção passiva, e de Delúbio por corrup-

ção ativa, e a sua insistência em negar o que a maioria da Corte já deu por assente: o suborno de deputados para votar com o governo. Marco Aurélio Mello refutou a versão de que Genoino e o publicitário Marcos Valério tinham apenas contatos casuais. E Celso de Mello expôs a impropriedade da tese de Lewandowski segundo a qual a teoria do “domínio do fato” só vale em situações excepcionais. Esse princípio permite condenar réus, como José Dirceu, cuja autoridade os coloca em condição de promover atos ilícitos, ainda que não fique demonstrada a sua participação pessoal nos crimes.

Mas foi a ministra Rosa Weber, ao proferir o seu voto, quem demonstrou singelamente o absurdo da alegação do revisor de que Delúbio tinha autonomia em relação a Genoino e Dirceu, ou, nas suas palavras, “total independência” no que toca às finanças do partido. “Não é possível acreditar”, assinalou, “que Delúbio, sozinho, teria comprometido o PT com uma dívida de R\$ 55 milhões e repassado metade disso a partidos da base aliada, sem conhecimento de qualquer outro integrante” da agremiação. Afirmar o contrário equivaleria a atribuir-lhe “uma mente privilegiada”. Por delicadeza, a ministra se guardou de comentar a figura tosca do apadrinhado de Lula, que o País veio a conhecer, tropeçando nas palavras, durante as transmissões da CPI dos Correios. “Ele não faria carreira solo”, resumiu, em aparte, Ayres Britto.

Assim como Rosa Weber, o ministro Luiz Fux, que votou em seguida, condenou Delúbio, Genoino e Dirceu – este, “como articulador político desse caso penal, até pela posição de proeminência no partido e no governo que ele tinha”. A condenação de Delúbio, a se consumir na próxima semana, decerto será unânime. Em relação a Genoino e, principalmente, a Dirceu, será uma grande

surpresa se tiverem a seu favor outros votos além dos de Lewandowski e, como se espera, de Dias Toffoli, ex-assessor do ministro e advogado de Lula em três campanhas presidenciais. O que não se esperava é que o revisor trouxesse “à colação”, como gosta de dizer, um parecer que mais se parecesse com um memorial dos patronos dos réus que optou por absolver.

Ser voto vencido é uma circunstância inseparável da função de magistrado em plenários plurais: Mas, quando assentar a poeira do julgamento do mensalão, Lewandowski provavelmente será lembrado menos por ter ficado em minoria do que pela fragilidade de suas posições.

07 OUT 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Impacto maior será da Ficha Limpa, diz Cármen Lúcia

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministra Cármen Lúcia, minimizou ontem o possível impacto do julgamento do mensalão nas eleições municipais deste ano. Questionada se a análise no Supremo influenciará no resultado das urnas, a presidente do TSE afirmou que os maiores reflexos virão da Lei da Ficha Limpa.

“O maior impacto (*nas eleições 2012*) foi da sociedade, quando reagiu com a iniciativa de ter a Lei da Ficha Limpa. Essa foi a grande mudança”, disse a ministra. “O mais é consequência. Julgamento em qualquer lugar e de qualquer caso nunca será suficiente para uma mudança tão grande como foi”, disse, após apresentação do sistema de transmissão de dados do TSE.

Em pronunciamento veiculado ontem à noite em cadeia nacional de rádio e televisão, Cármen Lúcia exortou os eleitores a votarem limpo, com liberdade e responsabilidade. Ela lembrou que os brasileiros, na qualidade de autores da Lei da Ficha Limpa, são responsáveis pela construção de um país mais “justo, igual, honrado e limpo”.

Ressaltou que aos juízes compete a aplicação da norma, mas, antes, é de responsabilidade do eleitor a escolha do candidato. “Você, cidadão, é o autor da Lei da Ficha Limpa. Nós, juízes, garantiremos a sua aplicação. Mas quem vota é você e é o voto que faz o país acontecer”, destacou.

A ministra recomendou que o eleitor concilie liberdade e responsabilidade no momento da escolha nas urnas. “Quem é livre é responsável. E responsabilidade é libertação: do que foi e não deu certo, do que deu certo, mas pode ser melhor”, afirmou.

Por fim, ela aconselhou o eleitor a fazer a escolha certa hoje e não deixar para depois, afirmando que o Brasil não é o “país do futuro”. “No seu voto, você escolhe o seu presente e prepara o futuro”, alertou. “Neste domingo, vote limpo. Porque o Brasil merece. Porque você merece.”

08 OUT 2012

O ESTADO DE S. PAULO

# Relator do mensalão, Barbosa é tietado

Ministro do Supremo distribui autógrafos, recebe elogios e tira fotos com eleitores no clube Monte Líbano, durante votação no Rio

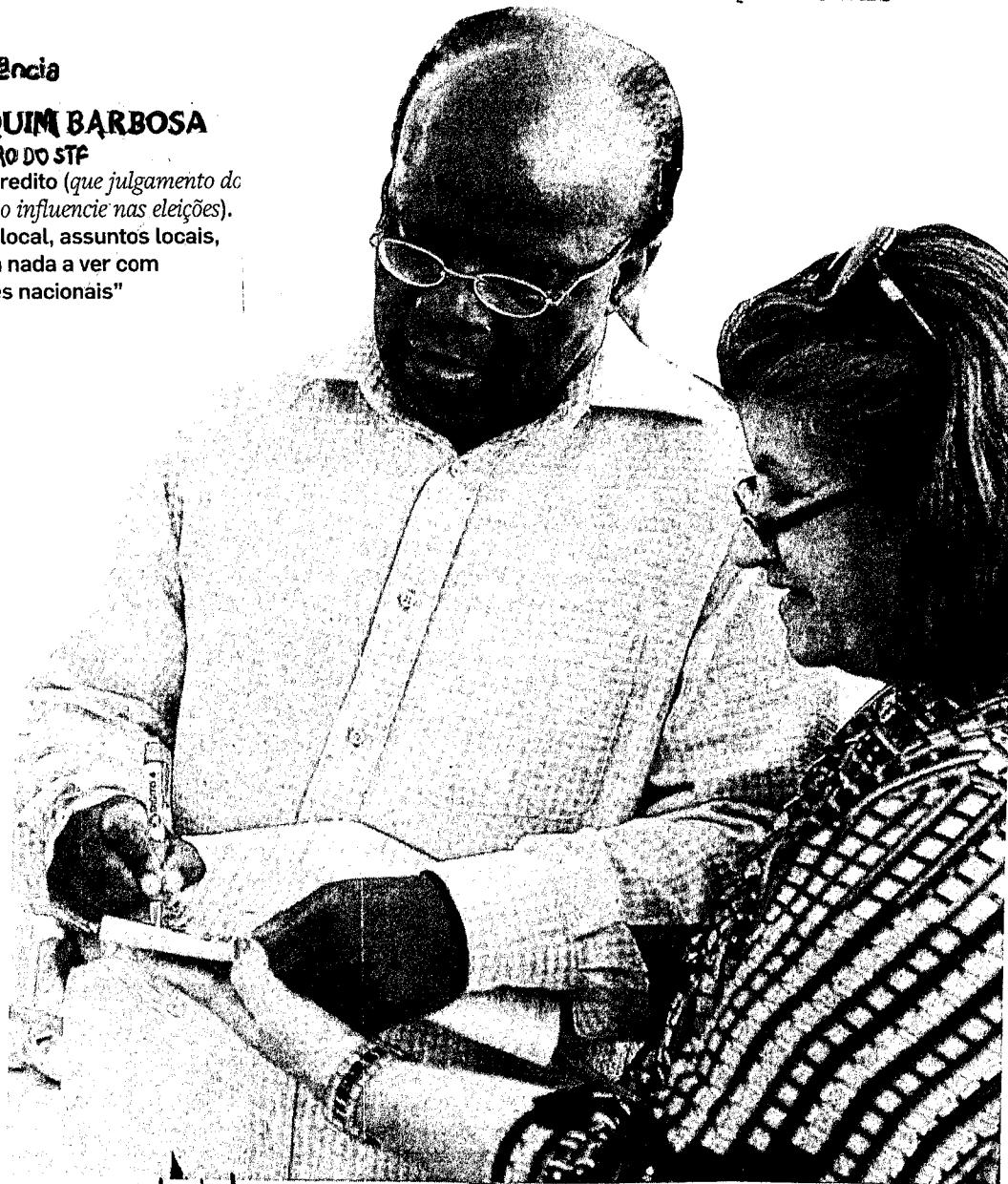
◆ **Influência**

**JOAQUIM BARBOSA**

**MINISTRO DO STF**

"Não acredito (que julgamento do mensalão influencie nas eleições).

Eleição local, assuntos locais, não têm nada a ver com questões nacionais"



**Celebridade.** Após votação, eleitora pede autógrafa a Joaquim Barbosa, relator do processo do mensalão no STF, que votou no Clube Monte Líbano, no Rio

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

08 OUT 2012

O relator do processo do mensalão no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, levou poucos segundos para votar, mas, assediado por vários eleitores, demorou a sair do clube Monte Líbano, na Lagoa (zona sul), a 500 metros do apartamento que mantém no Rio.

Barbosa, que completou 58 anos ontem, atendeu a todos os pedidos de autógrafos e fotos. No caminho até o carro, também foi abordado por admiradores. “Cana neles”, gritou um rapaz. “Muitos dizem isso, mas eu não dou muita bola. Não é disso que se trata”, comentou o relator.

Apesar dos elogios recebidos pela condenação dos responsáveis pelo que aponta como “esquema criminoso”, entre eles o ex-ministro petista José Dirceu, o relator disse que o julgamento do mensalão não influencia na escolha dos candidatos nesta eleição. “Não acredito. Eleição local, assuntos locais, não têm nada a ver com questões nacionais”, respondeu.

Barbosa fez mistério sobre o voto, mas mostrou não ter simpatia por alguns partidos da oposição. Contou que, na eleição de 2008, não votou no ex-deputado Fernando Gabeira, candidato a prefeito pelo PV, em quem já havia votado em outras ocasiões. “Não gostei da aliança, foi esse o problema”, explicou. Gabeira foi candidato em coligação com o PSDB, o DEM e o PPS e perdeu no 2º turno para o prefeito Eduardo Paes (PMDB), agora candidato à reeleição.

Questionado se tinha votado em Paes há quatro anos, o relator respondeu: “Acho que sim”. Mas disse que isso não permitia suposições sobre o voto de ontem. Embora todas as pesquisas indicassem vitória folgada de Paes no 1º turno, o ministro disse que costuma torcer pela realização de 2º turno. “Segundo turno é sempre bom, há uma depuração”, afirmou.

O ministro disse ter votado na presidente Dilma Rousseff em

2010 e também já ter sido eleitor do petista Luiz Inácio Lula da Silva, que o indicou para o Supremo, e do tucano Mário Covas, morto em 2001.

O ministro evitou arriscar um palpite sobre o segundo turno na capital paulista. “Eu não entendo bem São Paulo”, respondeu. Barbosa, que sofre de uma doença crônica na coluna, contou que estava sem dores, o que creditou ao fim de semana de folga. “Hoje ela está quietinha”, brincou.

**Fama.** O ministro chegou acompanhado de um motorista e um segurança e foi logo abordado pela professora aposentada Leonor Carvalho, que se declarou fã do relator. “Meus dois filhos são advogados e quero que sejam como o senhor”, disse. Barbosa sorriu. “O senhor é uma honra, um orgulho”, disse um casal enquanto aguardava a vez de posar ao lado do ministro. “Parabéns pelo seu trabalho, esse País vai melhorar”, elogiou uma senhora. Joaquim Barbosa negou ter se tornado uma celebridade com o processo do mensalão. “Nada de estrela, é o carinho das pessoas.” A um eleitor, fez questão de deixar claro: “Não sou candidato a nada”.

Apenas em relação a um assunto o ministro mostrou contrariedade: a máscara de carnaval com seu rosto, lançada por uma fábrica do Rio. “Não parece comigo não”, disse bem humorado.

Na quarta-feira, Barbosa deverá ser eleito presidente do Supremo, em substituição a Carlos Ayres Britto. A posse será em novembro. O ministro disse que sua rotina será alterada por causa das viagens constantes pelo País, obrigação do cargo, mas afirmou não ter intenção de fazer grandes mudanças administrativas. Barbosa disse que a fase de condenação ou absolvição dos réus do mensalão “vai acabar daqui a uns 15, 20 dias”.

06 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA Dipp está internado em SP

**São Paulo** - O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp está internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva) do hospital Albert Einstein, em São Paulo, para tratar de uma pneumonia. Dipp foi internado no último dia 18 de setembro no Hospital das Forças Armadas em Brasília para tratar de uma crise de asma. A doença respiratória se agravou e evoluiu para uma pneumonia, o que provocou sua transferência para o hospital Albert Einstein, em São Paulo. Nos últimos dias, afirmou Aírton Dipp, o ministro precisou passar por uma cirurgia no abdômen. Segundo o boletim divulgado ontem pelo hospital Albert Einstein, seu estado é considerado estável.

Atual vice-presidente do STJ, Dipp é ministro da corte desde 1998, por indicação do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 2008 ele se tornou corregedor nacional de Justiça. Com o respaldo do então presidente do CNJ, Gilmar Mendes, ele deu início à rotina de inspecionar tribunais com indícios de problemas. Foi sucedido no cargo pela ministra Eliana Calmon.

06 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### Jurista de São Bernardo

De um ministro do STF para outro, no MSN: "Lewandowski ainda não saiu de São Bernardo". É o berço do PT, onde ele morou e se formou.

### Estratégia equivocada

Policia experiente, Romeu Ruma Jr se impressionou com o ministro Lewandowski tentando desqualificar depoimentos contra mensaleiros: "Não se pode julgar testemunhas, mas seus testemunhos". Lembra que testemunha idônea pode prestar um testemunho inidôneo, e vice-versa.

### Lindbergh acha que condenação foi erro do TJ-RJ

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) não sabe o que aconteceu para resultar em sua condenação por improbidade administrativa, dos tempos em que foi prefeito de Nova Iguaçu. Ele acha que houve um erro do Tribunal de Justiça do Rio, porque a denúncia contra ele nem sequer foi recebida pelo juiz de primeira instância. O TJ não apenas a aceitou como a julgou e condenou. "Foi uma violência", lamenta.

## TSE libera Pupin em Maringá

**Edson Ferreira**  
*Reportagem Local*

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) liberou a candidatura de Carlos Roberto Pupin (PP) à Prefeitura de Maringá (Noroeste), contrariando decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná. Em agosto, o TRE havia indeferido o registro do pepista, argumentando inelegibilidade porque Pupin, na condição de vice-prefeito, substituiu o prefeito Silvio Bar-

ros (PP) nos seis meses anteriores às eleições.

Na decisão monocrática, o relator do processo no TSE, ministro Marco Aurélio Mello, deu provimento ao recurso apresentado pela defesa de Pupin. Mello reconheceu que o candidato "exerceu o cargo de Prefeito em dois mandatos consecutivos (2004/2008 e 2008/2012), justamente nos seis meses anteriores aos pleitos de 2008 e 2012", porém, negou que a eventual vitória

dele possa se configurar o exercício de um terceiro mandato, conforme foi apontado por opositores no recurso levado ao TRE.

Para o ministro, "extrai-se que o Vice não sucedeu propriamente o Prefeito, ocorrendo simples substituição". Mello explica que "o exercício decorrente de substituição não deságua na ficção jurídica, própria à sucessão, de configurar-se mandato certo período de exercício".

06 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### Erro causou morte de paciente, aponta sindicância

**Rubens Chueire Jr.**  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - O Hospital Evangélico de Curitiba informou que após a realização de uma sindicância foi constatado que um "ato falho de um profissional" provocou a morte do paciente João Carlos Siqueira Rodrigues, de 38 anos. A nota oficial da instituição foi divulgada ontem pela manhã.

João Carlos morreu em 28 de agosto, depois do aparelho respirador que o mantinha vivo ter sido desligado. Ele era portador de uma doença rara neuromuscular degenerativa, a polirradiculoneuropatia, e estava internado há quatro anos no hospital.

Por causa da doença, João Carlos perdeu o movimento dos músculos e passou a respirar com a ajuda de aparelhos. No ano passado, enquanto estava internado, ele elaborou e publicou o livro "Caçador de Lembranças", citando as frases para uma pessoa que as transcrevia. Durante os quatro anos de internação, o paciente também ficou noivo e casou. Na nota oficial, entretanto, o Evangélico não detalha qual foi o erro de procedimento. "A direção lamenta o erro humano e ratifica sua solidariedade e integral apoio à família", finaliza o documento.

Os familiares pretendem entrar na Justiça. "Qualquer pessoa que trabalha no hospital sabia que ele dependia da máquina (respirador). Aquilo era a

vida dele", declarou a irmã Noeli Rodrigues, em entrevista a uma emissora de televisão. A mãe de João Carlos, Elza Rodrigues, de 68 anos, morreu no mesmo dia - 28 de agosto - após saber do falecimento do filho. Elza teria problemas cardíacos e ficou muito nervosa quando foi comunicada sobre o falecimento de João. Ela morreu vítima de infarto agudo.

"Quero justiça porque foram duas vidas perdidas. Meu pai está com depressão, isso é imperdoável", completou Noeli, durante a entrevista.

#### Investigação

A Promotoria de Proteção à Saúde Pública do Ministério Público de Curitiba informou que está acompanhando o andamento do inquérito instaurado pela Polícia Civil, que investiga a morte de João Carlos. Tão logo o inquérito seja concluído, a Promotoria irá avaliar as provas coletadas pela polícia, juntamente com o resultado da sindicância feita pelo hospital, a fim de oferecer possível denúncia contra os responsáveis.

Em tese, o auxiliar de enfermagem que teria desligado o aparelho que mantinha vivo o paciente poderá responder por homicídio culposo - sem a intenção de matar. A Promotoria também não afasta a possibilidade de responsabilização do Hospital Evangélico por não ter, supostamente, capacitado e orientado adequadamente o funcionário.

07 OUT 2012

FOLHA DE LONDRINA

JUSTIÇA DE GÊNERO

# Dois anos de proteção

Implantada em outubro de 2010, Vara Maria da Penha aumenta agilidade de processos de casos de violência doméstica

**ENTREVISTA**  
Susana Lacerda  
Promotora



*O adolescente vai sair de casa mais cedo, porque não aguenta ver a mãe apanhar*

*O Judiciário tem que dar uma resposta rápida para a mulher que precisa de medida protetiva*

CONTINUA



**D**epois de um longo período de espera, há dois anos finalmente começava a funcionar em Londrina a Vara Maria da Penha, criada para dar mais agilidade aos processos de violência doméstica e contra crianças e adolescentes. Antes esses casos eram distribuídos entre as outras Varas e muitas vezes demoravam anos para serem julgados.

Segunda do Estado - a primeira foi implantada em Curitiba, a Vara foi instalada após a mobilização da sociedade civil, em especial do grupo de mulheres denominado "Nós do Poder Rosa". De acordo com a promotora Susana Feitosa de Lacerda, o setor específico foi o responsável pelo aumento de denúncias de violência.

"Quando assumimos, começamos a nos passar os casos que já estavam em andamento e até dezembro de 2010 tínhamos 840 inquéritos policiais. Neste ano, até agosto, temos 2.362 inquéritos em andamento", comenta. Apesar dos avanços, diz ela, muito ainda precisa ser feito. Susana afirma que gostaria de ter mais tempo para trabalhar com conscientização da comunidade, "embora alguns órgãos não façam questão da nossa participação". "O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por exemplo, faz sempre as reuniões à tarde, quando estamos em audiência", critica.

**Qual balanço a senhora faz destes dois anos da Vara Maria da Penha em Londrina?**

Ela é específica para tratar dos crimes contra as mulheres e as crianças. Hoje temos medidas protetivas que saem em 48 horas. Quando os casos

estavam nas Varas Criminais, até pelo volume de processos, não tinham a atenção devida. Tinha medida parada há três anos. E quando uma mulher é ameaçada, me preocupo mesmo, porque sei que pode se concretizar. Hoje nós conseguimos dar uma resposta mais rápida.

**Já está funcionando a contento?**

Não do jeito que a gente gostaria. Primeiro porque há uma demanda represada importante e porque vira uma bola de neve. Percebemos que teve um "boom" na demanda, de mulheres que não procuravam porque viam que não funcionava. Agora resolvemos os processos nas audiências, muitas vezes o réu já sai com condenação.

**A rede de serviços está preparada para dar o apoio necessário à Vara Maria da Penha?**

Há alguns funcionários, concursados, que fazem um bom trabalho. Falta um centro de atendimento que realmente atenda a mulher. Falta uma casa de passagem. Se a mulher está em uma situação de risco hoje, mas amanhã ela tem um lugar para ir, ela não deve ir para o abrigo. O abrigo é para a mulher que está em uma situação de risco, mas não tem para onde ir. Se toda mulher vai para essa casa abrigo, deixa de ser um lugar oculto. Queremos que essa rede seja ampliada. Fizemos um curso de capacitação com policiais militares para conscientizá-los que o agressor é diferente do furtador, do ladrão, porque um dia foi o homem da vida dela, porque é o pai dos filhos dela. Ela tem uma crença de que ele

pode mudar e quando ele diz isso, ela quer acreditar. Quem atende essa mulher precisa estar preparado para entender e acolher essa mulher, ainda que ela volte atrás.

**Muitas mulheres ainda não dão prosseguimento à denúncia, não é?**

Por isso a nossa conversa com os policiais militares. Porque é o policial militar que chega primeiro quando a mulher está lesionada. Alguns policiais têm a iniciativa de fotografar. Se essa mulher não for na delegacia depois, a lesão está documentada. O Superior Tribunal de Justiça e o Superior Tribunal Federal já legitimaram que quando há lesão não depende da vontade da mulher manter ou não o processo. Já extrapolou a questão intrafamiliar e é uma questão pública, porque por trás de uma mulher agredida tem uma criança agredida, ou uma criança vítima de abuso sexual intrafamiliar ou extrafamiliar.

Por mais que todo mundo fale que tem que proteger a mulher, há um grande preconceito em achar que esse delito é menor. Eu digo que ele pode ser potencialmente menor naquele momento, mas o reflexo que gera na sociedade é infinitamente maior do que um furto, um assalto. O adolescente que vive em uma casa onde há violência doméstica vai sair de casa mais cedo, porque não aguenta ver a mãe apanhar. Ou é aquele que vai cometer um crime dentro de casa, porque a partir do momento que é capaz de interferir entra em confronto com o pai. E aí mata o pai ou é morto. A violência dentro da família causa um estrago social que vai desaguar no tráfico, no roubo, no abuso sexual.

**CONTINUA**

### **Quais os principais motivos das agressões contra mulheres? O álcool ou outras drogas estão entre eles?**

Nem todo agressor tem um perfil de psicopata, aquele que não tem remorso, que não sente culpa. Muitos agressores não têm esse perfil. Ele está querendo reforçar aquilo que a sociedade passou, que ele é o macho e que está autorizado a bater por diversos motivos fúteis. Não é verdade que a violência doméstica está só ligada à ingestão de álcool e drogas. É uma questão cultural também, de achar que a mulher é objeto e por isso ele está autorizado a agredir. A (situação) econômica, hoje em dia, é a última porque o que vemos na realidade das mulheres agredidas é que muitas elas vezes são arrimos de família. Elas não estão em situação de dependência econômica, mas de dependência emocional.

Estamos com um projeto que deve começar no final deste ano ou no começo do próximo que vai trabalhar com o agressor, para ele entender o que está fazendo. Ele pode não se reconciliar com essa mulher, não é o nosso objetivo. Mas queremos que ele não repita o mesmo comportamento com outras mulheres.

### **Quais são os maiores desafios a serem superados?**

Queremos implantar esse atendimento aos agressores e que o Município efetivamente dê conta de tratar essas mulheres, que elas consigam resgatar a autoestima e romper com o ciclo de violência. Esse é o papel do serviço de atendimento à mulher. O papel do Judiciário é dar uma resposta rápida para essa mulher que precisa de uma medida protetiva. O grande mérito da Vara é

procurar estabelecer um fluxo de trabalho. É isso que está garantindo o sucesso do nosso ranking de expedições de mandados de prisão.

### **O funcionamento 24 horas da Delegacia da Mulher pode contribuir para o bom desempenho da Vara Maria da Penha?**

Contribui desde que o Município disponibilize um atendimento 24 horas para a mulher vítima de violência. No final de semana o Centro de Atendimento à Mulher está fechado. Acho a luta pela Delegacia da Mulher 24 horas válida, mas a delegada está trabalhando com uma situação precária (em relação ao número) de funcionários.

### **A medida protetiva tem funcionado?**

A lei coloca o prazo de 48 horas, mas pode ser concedida antes. A mulher preenche um formulário, coloca o que acha importante em relação ao agressor. A juíza analisa, concede e essa mulher já sai com as medidas daqui.

### **Se precisar afastar o agressor, como funciona?**

Ele é intimado, ninguém vai tirar o agressor de casa. Se ele disser que não sai, chamamos a polícia. Ele não só vai ser tirado de casa como vai ser preso em razão do descumprimento da medida e da desobediência da ordem judicial. Mas em caso de flagrante de violência ele é preso na hora.

### **Em relação aos números, o balanço desses dois anos é positivo?**

Para termos uma ideia, a Vara começou em 5 de outubro de 2010. Em dezembro, depois que fomos recebendo os processos de todas as outras varas, tínhamos cerca de 840 inquéritos policiais em

andamento e umas 300 ações penais. Neste ano, dois anos depois, temos em andamento 2.362 inquéritos e cerca de 1.240 ações penais, além de quase 1.500 medidas protetivas. Para a realidade de Londrina, os números são positivos.

07 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

### **Ela preside eleições e ganha menos que vereador**

A ministra Carmen Lúcia, que preside as eleições deste domingo em todo o País, trabalha como poucos e ganha apenas R\$ 5.406,33 líquidos (R\$ 6,4 mil brutos) para chefiar o Tribunal Superior Eleitoral. O valor é cerca de um terço dos vencimentos de um vereador da cidade de São Paulo, que a partir de janeiro vai receber R\$ 15.031,76. No Supremo Tribunal Federal, a ministra ganha mais R\$ 17,8 mil líquidos.

### **Brutos**

Os vencimentos brutos da ministra Carmen Lúcia, no STF e no TSE, somam R\$ 33,1 mil, mas os descontos totalizam quase R\$ 10 mil.

# 07 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### Número de presos aptos a votar cai 30% em 2012

**Brasília** – Uma das principais novidades das eleições de 2010, o voto de presos provisórios e menores infratores, está em baixa em 2012. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), houve uma queda de quase 30% no número de detidos aptos a votar em comparação com as últimas eleições presidenciais, além da redução de mais da metade dos locais de votação.

O voto de presos provisórios e de menores infratores é garantido pela Constituição, pois os direitos eleitorais só são cassados quando há condenação definitiva em processo penal. A votação em unidades de detenção envolve TSE, Conselho Nacional de Justiça e Ministério da Justiça.

Em 2010, de um total de 150 mil presos provisórios e de 15,5 mil adolescentes que cumpriam medida socioeducativa, 20 mil eleitores foram cadastrados. Todos os estados brasileiros aderiram à novidade, com exceção de Goiás, e 424 presídios e centros-socioeducativos foram registrados. Em 2012, além de Goiás, não haverá votação no Rio de Janeiro, no Pará e em Mato Grosso do Sul. Apenas 207 estabelecimentos prisionais foram cadastrados nas demais unidades da federação, e o número de eleitores aptos a votar caiu para 14,6 mil.

08 OUT 2012

## FOLHA DE LONDRINA

### CLAUDIO HUMBERTO

*"Há indícios que gritam nesses autos"*

Ministra **Rosa Weber** (STF) ao condenar o núcleo político do PT no mensalão

#### **Mensaleiros se queixam de "ministros de Dilma"**

Advogados de réus do mensalão, que se reúnem em restaurantes de Brasília após cada dia de julgamento no Supremo Tribunal Federal, estão "inconformados" com os votos dos ministros nomeados pela presidenta Dilma. É como se esperassem que a gaúcha Rosa Weber ou o carioca Luiz Fux, que têm votado com desassombro e independência, agradecessem as nomeações com suas togas.

#### **Sem interferência**

Advogado de réu do "núcleo político" disse a esta coluna que os votos de Rosa Weber e Luiz Fux podem revelar que Dilma nada lhes pediu.

# JORNAL DO ESTADO

08 OUT 2012

## RÁPIDAS

### Fórum da Família

O Poder Judiciário do Estado do Paraná irá inaugurar um novo Fórum da Família, da Criança e do Adolescente, amanhã. O Fórum abrigará as oito Varas de Família e as duas da Infância e Juventude da capital. A solenidade de instalação, que será conduzida pelo presidente do TJ, desembargador Miguel Kfourí Neto, acontece às 17 horas, na sede do Fórum, na rua da Glória, 290.

### Viaturas

O governador Beto Richa, entrega na manhã de hoje, 80 viaturas para o Corpo de Bombeiros. Os veículos serão utilizados em serviços administrativos, vistorias, buscas e salvamentos. Na mesma solenidade, marcada para as 10 horas, no pátio externo do Palácio Iguazu, o governador recebe a comenda do centenário do Corpo de Bombeiros do Paraná.

### Comendas

Também receberão a comenda o vice-governador e secretário da Educação, Flávio Arns; a primeira-dama do Estado, Fernanda Richa; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Valdir Rossoni; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourí Neto; o comandante da 5ª Região Militar, general-de-divisão Williams José Soares; 100 instituições, entre governamentais e civis. Na cerimônia ainda serão homenageadas nove personalidades que prestaram serviços no episódio Águas de Março, quando cidades do Litoral foram atingidas pelas fortes chuvas de março de 2011. Eles receberão a Medalha de Mérito da Defesa Civil – Medalha Coronel Dario Natan Bezerra.

08 OUT 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Presidente do TSE comemora sucesso

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, comemorou o andamento das eleições e da apuração até agora e disse que a tranquilidade do processo mostra que a democracia no Brasil ganhou regularidade.

Até as 20h50, o TSE já havia apurado cerca de 98% das urnas de todo o país. Segundo Cármen Lúcia, é a apuração mais rápida já registrada pelo tribunal até o momento. A finalização da contagem, no entanto, deve ser concluída nos próximos dias.

“Agradeço aos eleitores por mais essa demonstração de democracia, de que as eleições se tornaram regulares, tranquilas. Eu dizia há uns anos que o Brasil corria o sério risco de cair em uma democracia e caiu, ficou regular, normal. Já não há nada de novo em que o cidadão exerça sua cidadania”, disse, em entrevista coletiva em que avaliou a votação.

A ministra comemorou os resultados do uso da urna com identificação biométrica, que, segundo o TSE, funcionou em 96% das seções em que foram instaladas. “Após o fim desse processo, o TSE avalia o que foi positivo, o que precisa ser reavaliado e refeito para garantia da segurança do sistema [de identificação biométrica], para que a gente apresente qual a projeção possível para 2014 com segurança a lisura”. Segundo Cármen Lúcia, os percentuais de votos brancos e nulos até agora estão abaixo dos registrados na eleição anterior e a abstenção - de cerca de 16%, também está dentro das expectativas do tribunal.

08 OUT 2012

METRO

# Tribunais aguardam 19 indicações de Dilma

A presidente Dilma Rousseff tem demorado na substituição de ministros e desembargadores afastados ou aposentados. A situação deixa desfalcada a composição de quatro dos seis tribunais superiores. Na mesma linha, os cinco TRFs (Tribunais Regionais Federais) estão com cargos vagos. Atualmente, 19 cadeiras na cúpula da Justiça brasileira aguardam a indicação presidencial. Em média, o processo tem demorado sete meses.

“A presidente utiliza o tempo necessário para a realização das consultas e das avaliações necessárias a essas indicações”, justificou o Palácio do Planalto.

O maior período de vacância está no TRF da 4ª Região, que abrange a Justiça Federal do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. O desembargador Edgard Lippman foi afastado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em abril de 2009. Como o processo de aposentadoria compulsória aguarda a conclusão, foi indicado um desembargador convocado: João Pedro Gebran Neto foi escolhido na Justiça Federal pelo critério de antiguidade.

Nem as eleições foram suficientes para acelerar indicações na Justiça Eleitoral. O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) está hoje com um cargo vago de ministro titular e três para ministros substitutos. De uma só vez, a aposentadoria de Cesar Asfor Rocha desfalcou o STJ (Superior Tribunal de Justiça) e o TSE.

## Pressão

Nenhuma indicação é feita sem provocar mal-estar com entidades de classe, políticos e até apadrinhados. No mês passado, por exemplo, o STF derrubou a indicação feita por Dilma de Marcelo Pereira da Silva como desembargador do TRF da 2ª Região. A nomeação contrariou a regra que garantiria a vaga a Aluísio Gonçalves de Castro Mendes, que obteve a preferência por três vezes consecutivas. Houve revisão e Mendes foi empossado.

A presidente tem prestigiado a promoção na carreira, alçando desembargadores para os tribunais superiores e deslocando ministros para cortes de maior abrangência. Embora não intencionalmente, isso tem criado problemas. Foi o caso recente da transferência da desembargadora Assusete Magalhães do TRF da 1ª Região para o STJ e da nomeação do ministro do STJ Teori Zavascki para o STF (Supremo Tribunal Federal).

Apenas o TCU (Tribunal de Contas da União) e o STM (Superior Tribunal Militar) estão com a composição completa.



06 OUT 2012

# IMPACTO PARANÁ

## Justiça

Osmann de Oliveira

Advogado

### PRESIDENTE DO TRIBUNAL ESVAZIA AS GAVETAS

Mais uns dias e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná estará trocando a toga pelo capelo, adjetivo de boné, vestetalar pelo antigo



terno, colete, camisa de linho e gravata e estará indo embora. Todos o olharão, agora, com outros olhos.

No seu Gabinete as gavetas já começaram a ser esvaziadas e livros e anotações encaixotados.

A mesa, o tinteiro de cristal postado sobre prata, os vasos e os quadros pintados a óleo por artistas famosos, ficarão nas paredes em que foram colocados.

Muitos chorarão a perda, menos pela saudade e muito mais pelos ganhos extras que auferiam por força dos cargos que exerciam.

Nada de insinuações maldosas, até, porque o ainda Presidente sempre teve na probidade o seu maior exemplo. O fato de haver comprado imóveis desnecessários e desnecessários porque o Estado dispunha de dezenas de bens que não contem nada; ter comprado automóveis de grande luxo; ter adquirido ou tentado alugar aviões e aberto licitações para aquisição de helicópteros, são circunstâncias dispensáveis que não chegam a beirar, sequer, a linha da desonestidade.

Nesse ponto não há o que se dizer. Agora de uma coisa não se livrará é do desprezo que devotou às conquistas naturais de dezenas de servidores do Poder Judiciário pouco se tendo importado com as reivindicações mais justas e nada tenha realizado no campo das relações humanas.

Nesse ponto foi algoz de si mesmo. Quem sabe um dia olhe para traz e entenda, a vida é uma caminhada, mas não o destino, pois, neste encontra-se a tranquilidade da consciência e só irá encontrar a paz quando tiver que se apresentar perante Deus, - o Verdadeiro Julgador dos seres que criou!

Adquirir bens materiais e a eles casar o seu nome pode ser uma coisa que satisfaça a vaidade, nunca, porém, se identificará com a gratidão daqueles que trabalharam e lutaram e foram depois desqualificados e desconhecidos, assim, como se tivessem a obrigação de recamar os mandriões sem, sequer, receber o reconhecimento.

No caso do funcionalismo há que se lembrar que, em determinados casos, pior do que a maldade por si mesma é quando esta seja o espelho da represália e da retaliação. Dirão alguns, que nunca é tarde para a reparação do mal. É um bom conceito para quem tenha como princípio aquele aforismo de que errar é possível, mas persistir nesse engano é errado.

# O 6 OUT 2012

## IMPACTO PARANÁ

**O filho tentou e tentou ser desembargador pelo Quinto Constitucional mas bateu na trave. Fábio Camargo, o deputado, entrou em luta franca com a OAB e perdeu. Agora é seu pai que vai enfrentar outra luta que promete na área do Centro Cívico. Ele disputará, em Fevereiro de 2013, o cargo de Presidente do Tribunal de Justiça, enfrentando Regina Helena de Oliveira Portes, fortíssima candidata, e Guilherme Gomes. A campanha pelos corredores do TJ e em todo o Estado já começou, segundo dizem, prometendo árdua disputa.**

Um prédio que teve suas obras iniciadas em 1896 e foi ocupado até Janeiro de 1907 como Hospício Nossa Senhora da Luz, viu começarem nesta semana as obras de demolição do imóvel que serviu de prisão provisória desativada em 2006. O prédio, devidamente adaptado vai servir, assim como novas construções que ocuparão o terreno onde o mesmo se situa, para receber o novo Fórum Cível da Comarca de Curitiba e região metropolitana. É a primeira etapa de um Centro Judiciário, cujo projeto foi adiado por falta de recursos. Estas obras do novo Fórum sofrem contestação junto ao CNJ - Conselho Nacional de Justiça.

# O 6 OUT 2012

## IMPACTO PARANÁ

### GENTE DE IMPACTO

Na responsabilidade deste cidadão, Rogério Kanayama, a eleição municipal de 2012 no Paraná. Comandando as zonas eleitorais que se espalham pelos trezentos e tantos municípios paranaenses, conta com uma equipe de servidores que está atuando há alguns meses na preparação da eleição neste domingo para escolha de Prefeito, Vice e Vereadores. Todas as atenções voltam-se mais intensamente a partir deste domingo para o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Rogério Kanayama, desembargador que vem de uma brilhante carreira na área judicial, e que promete comandar com todo respeito ao eleitorado paranaense as presentes eleições. É gente de impacto a quem caberá a responsabilidade de assinar o boletim final com a relação dos eleitos em todo o Estado do Paraná.



06 OUT 2012

# CARTA CAPITAL

**Linha de Frente** Wálter Fanganiello Maierovitch

## Supremo cabo eleitoral

**Q**UANDO CEZAR Peluso caiu na aposentadoria compulsória e o Supremo Tribunal Federal (STF) permaneceu com dez ministros, surgiram especulações sobre como os magistrados iriam proceder em caso de empate no julgamento do “mensalão”. Mais ainda, qual seria o critério para o desempate.

A propósito, o regimento interno do STF é omissivo em relação a ações penais decorrentes de réus com foro privilegiado por prerrogativa de elevadas funções públicas. Não faltou quem sugerisse a convocação de um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

O presidente Carlos Ayres Britto, em entrevista, afirmou não acreditar em empate nas votações. E, para surpresa geral, a presidenta Dilma Rousseff, sem pestanejar, indicou Teori Zavascki, de qualidades e competência incontestáveis, para a cadeira.

Depois da excelente indicação de Dilma, interesses menores e antidemocráticos entraram em campo. Começou então, pelos opositores ao governo, um jogo político para evitar a participação de Zavascki no julgamento. Para se ter ideia, a oposição tucana, com o histriônico senador Álvaro Dias no comando, conseguiu pressionar a ponto de a iniciada sabatina de Zavascki ser adiada. Só deve ser concluída depois das eleições.

Com efeito, na 30ª sessão de julgamento, realizada na segunda-feira 1º, houve empate na votação referente ao crime de lavagem de capitais atribuído ao ex-deputado José Borba.

Com a costumeira habilidade e o imanente senso de legalidade, Ayres Britto deixou o desempate para a sessão final do julgamento. Isso pela possibilidade de os ministros poderem, antes da proclamação final, mudar o entendimento e o voto anteriormente dado.

**Fora de foco, parte da mídia** começou a ouvir ministros sobre como o empate seria tratado. Para Marco Aurélio Mello, deve prevalecer o “voto de Minerva”, ou seja, o voto de Ayres Britto seria contado duas vezes. Convém lembrar que o deputado Borba foi condenado por lavagem de dinheiro pelo presidente do STF. Mello, defensor da adoção do voto de Minerva nos empates, absolveu Borba.

Talvez consultada, Minerva, a deusa romana da sabedoria, faria uma fundamental pergunta: por que não colher o voto de Zavascki, com posse iminente?

Mais uma vez, surge o receio de Zavascki. Ou melhor, de ele atrasar o julgamento com o normal e necessário pedido de “vista”, tudo para conhecer o processo. Até um acadêmico primeiranista do curso de Direito optaria pela coleta do voto de Zavascki, que em breve entrará no exercício de suprema função.

Para o ministro Ricardo Lewandowski, que também es-

queceu de Zavascki, o caso é de absolvição de Borba, pela dúvida: *in dubio pro reo*.

Em 16 de dezembro do ano 533, foram publicadas as compilações determinadas por Justiniano. No *Digesto*, composto de 50 livros com textos legais e pareceres de juristas, cuidou-se do princípio do *in dubio pro reo*, que se universalizou. Do *Digesto* constou ser melhor, em caso de dúvida, absolver um culpado do que condenar um inocente.

Mas essa importante questão ficará para depois. No momento, as atenções dos supremos ministros estão voltadas para o julgamento do núcleo petista. Dele fazem parte, com acusações de corrupção passiva, o sindicalista e ex-deputado Paulo Rocha, o antigo líder de bancada conhecido por Professor Luisinho e o antigo deputado João Magno. No que toca ao crime de corrupção ativa, os imputados petistas são José Dirceu, Delúbio Soares e José Genoíno.

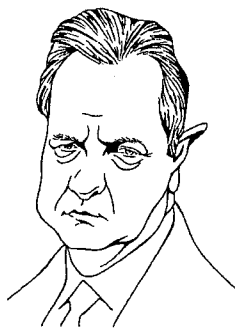
**Após concluir por um** gigantesco esquema criminal “turbinado” com verbas públicas e privadas, os ministros condenaram, como corrompidos, réus de partidos políticos que compunham a base aliada ao governo do então presidente Lula.

Como não existem corruptos sem corruptores, resta ao STF declarar, por votos motivados e à luz de prova indubitosa, se existiam, além do notório Delúbio Soares, outros petistas envolvidos em crime de corrupção ativa. O relator, Joaquim Barbosa, condenou Delúbio, Genoíno e Dirceu e esses dois últimos com base em provas indiciárias e em face de raciocínio lógico dedutivo (não indutivo). No voto de Barbosa chamaram atenção as coincidências no episódio que envolve a ex-esposa de Dirceu: a venda

de um apartamento com dinheiro de Rogério Tolentino na compra. A aquisição de outra unidade maior com empréstimo do Banco Rural e, de quebra, um emprego no Banco BMG, envolvido no valerioduto.

Não passou despercebido o fato de Barbosa, depois de fechado o julgamento de corrupção passiva de políticos e líderes de partidos aliados, ter, na quarta-feira 3, votado sobre petistas imputados de corrupção ativa e deixado para depois aqueles acusados de corrupção passiva.

Barbosa quebrou a lógica que impunha liquidar, no mesmo contexto, as acusações de corrupção passiva. Às vésperas de eleições administrativas municipais, a prudência recomendava não expor o Supremo Tribunal a ser usado como cabo eleitoral. ●



Às vésperas das eleições, a prudência recomendava não expor o STF

06 OUT 2012

## CARTA CAPITAL

### Um STF contra as leis? Até parece que os ministros do STF não leram a Constituição

**C**ERTAS DECISÕES do Supremo Tribunal Federal, em razão da pauta de acusações do chamado “mensalão”, estão criando um contencioso com o meio jurídico, onde há, também, debates sobre a influência da mídia nas decisões do tribunal e, além disso, forte discussão sobre a punição apoiada no domínio do fato, bem como nova interpretação para o crime de lavagem de dinheiro.

Nessa pauta pontifica a resolução sobre a “despublicização” do dinheiro, onde se destacou a frase do ministro Ayres Britto: “O dinheiro público não se despubliciza”.

A ênfase provocou críticas e, inclusive, ironias vazadas anonimamente para a imprensa. Mais fácil ainda foi ironizar Britto, presidente do tribunal, após ele ter interrompido o ministro Celso de Mello, decano da Corte, para lembrar judiciosamente que a corrupção era o “cupim da República”.

A afirmação sobre a impossibilidade de se “despublicizar” o dinheiro público foi feita no caso da aplicação do dinheiro da Visanet, uma companhia de capital aberto integrada por Bradesco, Banco do Brasil e Banco Real, entre outros.

Um dos focos de oposição à decisão do STF está no artigo 173 da Constituição, em que as sociedades de economia mista, como o BB, devem se sujeitar ao “regime jurídico próprio das empresas privadas”, além de não poderem gozar de “privilégios fiscais não extensivos ao setor privado”.

Se fosse verdade a afirmação de Britto, toda e qualquer malversação de recursos oriundos da União deveria ser julgada pela Justiça Federal. Isso só ocorre, entretanto, quando se trata de verba “carimbada”, de cujo emprego a municipalidade deve prestar contas. E cabe ao Tribunal de Contas da União cobrá-las. Recursos que se integram à receita do município, como, por exemplo, os royalties repassados, terão a regularidade do emprego examinada em nível estadual ou municipal.

Sobre isso, diz um dos advogados, já citado no julgamento com o merecido título de jurista, decidiu o STF no “paradigmático” do Mandado de Segurança (nº 24.312). Isso também ocorreria com recursos de quaisquer convênios firmados entre municípios e o governo federal. Ele aponta para a Súmula 209 do Superior Tribunal de Justiça: “... compete à Justiça estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal”.

**Isso também ocorreria** com recursos que a União transfere para pessoas jurídicas de direito privado, como bancos “públicos” e empresas “estatais”, que devem ser julgados pela Justiça estadual. Esse raciocínio teria orientado a Súmula 508, do próprio STF: “... compete à Justiça Estadual, em ambas as instâncias, processar e julgar as causas em que for parte o Banco do Brasil S.A.”

Mais uma referência legal: “A modalidade de empréstimo de coisa fungível, chamada mútuo, transfere o domínio da coisa emprestada ao mutuário”, conforme o artigo 587 do Código Civil.

Na prática, isso significa que, quando o BNDES empresta dinheiro a um empresário, pouco importa a origem pública dos recursos: celebrado o empréstimo, o mutuário emprestado passa à propriedade do mutuário (empresário).

Um exemplo quase caricatural, mas claro o bastante para o entendimento leigo: um furto no canteiro de uma obra pública executada pelo próprio órgão público, após o pagamento do funcionário. O dinheiro público, pago pelo serviço prestado à administração, no bolso do trabalhador ainda continua público?

**Ayres Britto.**  
“O dinheiro público não se despubliciza”